

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

Henrique Miranda
(depoimento)

MIRANDA, Henrique. Henrique Miranda
(depoimento;1987). Rio de Janeiro,
CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.
73p. dat. ("Projeto Memória da Pe-
trobrás")

Proibida a publicação no todo ou em
parte; permitida a citação.

Permitida a cópia xerox.

A citação deve ser textual, com in-
dicação de fonte.

ficha técnica:

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e José Luciano Mattos
Dias

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ramos e
José Luciano de Mattos Dias

conferência da transcrição: José Luciano de Mattos Dias

sumário: José Luciano de Mattos Dias

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: setembro de 1987

duração: 2 hs 15 min

fitas cassete: 03

páginas datilografadas: 73

Esta entrevista foi realizada na vi
gência do convênio entre o CPDOC/FGV
e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório
o crédito as instituições menciona-
das.

Clube Militar: a caminhada pela avenida Rio Branco até o CEDPEN; a pressão popular sobre a Câmara dos Deputados durante a Campanha do Petróleo; a posição da imprensa na campanha; os generais Raimundo Sampaio e Estevão Leitão de Carvalho; participação do entrevistado na Campanha do Petróleo; estrutura organizacional do CEDPEN; o relacionamento do CEDPEN com as câmaras municipais; a expulsão de Matos Pimenta do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo; a fundação de Emancipação; participação do entrevistado na direção do periódico; a amplitude da frente única; o Estatuto do Petróleo na Câmara Federal; a oposição à mensagem entreguista de Dutra; as repercussões da ordem do general Canrobert Pereira da Costa dentro do Exército; o Plano Salte; a mensagem de Vargas de criação da Petrobrás (1951); o rompimento com Matos Pimenta; a mensagem de Vargas; o substituto Euzébio Rocha; a posição do Centro do Petróleo nas eleições presidenciais de 1950; a articulação da eleição de membros do Centro para as câmaras dos Deputados e dos Vereadores; caracterização dos candidatos à presidência da República; a emenda Bilac Pinto; a posição da UDN durante a Campanha do Petróleo; o acordo entre Getúlio e o Centro do Petróleo no gabinete de Campanema; o governo de Juscelino; o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos; a pressão da "guerra-fria" sobre os militares; a gestão de Estillac; adesão dos deputados à Campanha do Petróleo durante o governo Vargas; o governo Vargas; a composição social da Campanha do Petróleo; difusão da campanha nas associações de bairro; governadores que combateram a campanha durante o governo Dutra; ameaças ao monopólio estatal após sua implantação.

Entrevista: 24.09.1987

P.R. — Miranda, nossa primeira pergunta é a seguinte: em que época e em que circunstâncias se deu o seu primeiro envolvimento com o problema brasileiro do petróleo?

H.M. — Em primeiro lugar, dada a relevância do problema do abastecimento de petróleo no curso da Guerra Mundial, eu tive a minha atenção levada para este assunto. Porém, em termos de preocupação com o problema nacional do petróleo, eu indicaria a época de meados do ano de 1947, dizendo melhor, julho-agosto de 47, quando se realizaram no Clube Militar as conferências de Juarez Távora, seguidas das conferências - também no plural - memoráveis do general Horta Barbosa. Foi então que eu realmente passei a estudar o problema nacional do petróleo e as questões a ele relativas; como a questão do abastecimento, o peso da importância em dólares para a importação do famoso óleo negro e as questões de ordem técnica e de ordem financeira.

P.R. — Mas nos anos 30, por exemplo, a Constituinte de 34 estabeleceu na Constituição uma distinção entre a propriedade do solo e a propriedade do subsolo. Pode-se presumir que naquela época o problema do petróleo já havia extrapolado da área do Poder Executivo e sensibilizado de certa forma o meio parlamentar?

H.M. — A imprensa sempre focalizou a questão do petróleo. Se consultarmos, por exemplo, as coleções dos jornais na Biblioteca Nacional, que são as melhores, veremos que a questão do abastecimento do petróleo, como eu dizia, era sempre uma preocupação. Agora, foi no curso da Guerra Mundial que o problema se tornou agudo, porque nasceu a questão da vinda do petróleo pelos navios petroleiros, na qual

o Estado-Maior das Forças Armadas fixou as suas atenções. Havia inclusive um projeto do general Manuel Rabelo de construção de uma estrada litorânea, que resolveria em grande parte o problema da distribuição nacional do petróleo, então totalmente importado.

Depois da Guerra Mundial, ainda em 45, o assunto voltou com muito maior força, as discussões se aprofundaram no Estado-Maior das Forças Armadas e, em consequência, no Parlamento, depois, com mais ênfase, na imprensa, até ganhar as atenções da opinião pública. Isto notadamente na Bahia, onde havia, por exemplo, a atuação de um Cordeiro, que estava catando petróleo de qualquer maneira. E grandes discussões se travaram. É de lembrar a posição do Ministério da Agricultura com Juarez Távora, aquela linha toda de Oppenheim - "Não há petróleo no Brasil" -, que foi a primeira posição dos famosos - àquele tempo chamados - trustes, hoje as conhecidas multinacionais ou transnacionais.

J.D. - De qualquer forma, no ano de 1938 nós temos a importância da criação do Conselho Nacional do Petróleo. É importante para nós percebermos se esse tipo de atividade do governo tinha repercussão pública, mesmo no contexto do Estado Novo.

H.M. - Eu lhe diria que era ainda notadamente e principalmente uma preocupação militar. Veja quem foi para o Conselho Nacional do Petróleo: um general. E havia no Estado-Maior das Forças Armadas - ou o que fosse isto naquele tempo, Estado-Maior do Exército - estudos longos e prolongados, tal a dependência em que se encontrava o Brasil frente ao abastecimento de petróleo. Então, em 38, criou-se o Conselho Nacional do Petróleo. E nasceu felizmente

com o general Horta Barbosa, um nacionalista de primeira água, de primeiro quilate, que foi o criador da tese afinal vitoriosa, e que posteriormente foi atingida pelas providências da ditadura pela questão dos contratos de risco com Geisel, em 75. Mas isso aí já é avançar muito.

P.R. — Nós temos uns documentos que nos foram cedidos pelo Drault Ernâni, de umas reuniões havidas no Conselho Federal do Comércio Exterior, durante o Estado Novo, das quais resultou a criação do Conselho Nacional do Petróleo. E nós verificamos através desses documentos, com os discursos, com os votos e tudo o mais, que toda a representação civil empresarial no Conselho - com exceção do Euvaldo Lodi - dizia ser favorável à entrega do petróleo à iniciativa privada, mas que tomaria posição contrária porque esta era a opinião do Estado-Maior do Exército.

H.M. — É o que eu estou reportando.

P.R. — Era um documento enviado pelo general Góis Monteiro, mas muito ambivalente, como tudo aquilo que é o do Góis. E esse documento, quando chegou no Conselho Federal do Comércio Exterior, foi muito alterado no sentido nacionalista por influência do capitão Ibá Jobim Meireles, que era um dos assessores do general Horta Barbosa.

H.M. — Ibá Meireles. Correto.

P.R. — E segundo, talvez você tenha conhecimento, houve também uma grande interferência do general Estevão Leitão de Carvalho, que nessa época era subchefe do Estado-Maior do Exército. Você acha que foi essa preocupação militar que deu um caráter de segurança nacional ao problema, ou foi a ditadura, propriamente, que impediu que ele extrapolasse para a opinião pública?

H.M. — Foi o caráter da discussão: militar. O problema se ligava realmente à questão de segurança nacional. Você citou o Góis: o Góis Monteiro - e isto eu digo insuspeitadamente, porque sempre fui radicalmente contrário a este homem tenebroso que se chamou Góis Monteiro -, ele de fato se preocupava em que o Brasil encaminhasse uma solução. E o interessante, realmente, é o seguinte: o Góis Monteiro era nazista, e por isso antiamericano. [risos] Isso nos valeu! São coisas da história!

J.D. — A criação do Conselho Nacional do Petróleo foi utilizada como parte do discurso nacionalista de Vargas, como o foram, por exemplo, a questão do aço e da indústria nacional?

H.M. — Eu sou muito cético em torno desse problema do esforço nacionalista de Vargas. Aqui na Fundação...

J.D. — Mas havia o discurso.

H.M. — Sim, havia o discurso. De acordo. É sempre o Getúlio de sempre: o Getúlio oportunista, o Getúlio que dava com a mão direita e tirava com a esquerda, pai dos pobres e mãe dos ricos... Esse é o Getúlio que eu conheci. Não estou dizendo isso porque fui para a cadeia quatro vezes, não, ouviu? Até foram cadeias bem mais suaves do que as que eu tive depois na ditadura militar. Mas digo pelo seguinte: havia o processo de industrialização, e esse processo de industrialização forçou o governo a enveredar por medidas de ordem ditas nacionalistas. Daí toda essa presença de Getúlio. Getúlio era o dono do poder! Sempre! Desde 30 até 45, e depois ainda houve um lamentável repeteco. Os culpados somos nós, o povo, que o trouxemos de volta pelo voto, não é verdade? Desgraçadamente com aquele fim

trágico, lamentado por todos. Ninguém é tão antigetulista para deixar de reconhecer a grandeza da renúncia final de Vargas, a única renúncia que ele teve em toda a sua vida, porque as outras lhe foram impostas. Ele renunciou à vida como primeiro e único episódio de renúncia na sua vida!

Então foi o processo de industrialização do país, o crescimento econômico, que levou à necessidade de discutir esses problemas. Quer dizer, o aspecto teórico, o aspecto político, nasceu da realidade econômica. É essa a minha interpretação. Getúlio compareceu aí como na questão da siderurgia. Na realidade, ele pleiteava junto ao americano uma siderúrgica. Ante a negativa, ele negociou depois a siderúrgica de Volta Redonda.

P.R. — Miranda, depois do Estado Novo algumas medidas foram tomadas no campo da política do petróleo. Digamos assim, antes de 1939, antes da criação do Conselho Nacional do Petróleo, prevalecia aquele ponto de vista dos geólogos americanos e de alguns brasileiros, como Glycon de Paiva, Irnack do Amaral e outros, de que não existia petróleo no Recôncavo Baiano. Com a criação do Conselho Nacional do Petróleo em janeiro de 1939,* foi descoberto o poço de Lobato. Você atribui a desmistificação da inexistência do petróleo no Brasil à presença do Estado, efetivada através da criação do Conselho?

H.M. — Não exclusivamente. Eu atribuo principalmente à existência de um esforço de governo. Não contesto isso. Havia realmente. Não se pode atribuir apenas ao indivíduo, ao ditador Getúlio Vargas. Na realidade, o contexto era inteiramente favorável a que se chegasse ao descobri-

* O Conselho Nacional do Petróleo foi criado em 7 de julho de 1938.

mento do petróleo. Porque a tese dominante e oficial do Ministério da Agricultura, aquela que repontaria mais tarde, em 47, no Clube Militar, com a voz de Juarez Távora, era da inexistência do petróleo. Como Mr. Link - sobre quem o general Tácito escreveu o livro Petróleo apesar de Mr. Link - também afirmava que não havia petróleo em terra, que se teria que buscar petróleo no mar. Isto é falso. O petróleo hoje é produzido principalmente no mar, aqui ao lado, em Campos. Mas ele existe em terra, meu Deus do céu! Ontem à noite, por coincidência, estive conversando com o ex-governador do Amazonas, Artur César Ferreira Reis, uma veneranda figura, presidente de honra da nossa Campanha de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. E ele me contava que, em palácio, quando governador, Link lhe dizia: "Na Amazônia há mais petróleo do que água!" Esta frase é extraordinária! Pode representar verdadeiramente uma bandeira. Este mesmo Link, viria dizer para a Petrobrás, em seu famoso relatório, o famoso "relatório Link", que não há petróleo no Brasil.

Plínio, no início eu fiz uma referência a um livro editado pela Fundação Getúlio Vargas, de John Wirth, se não me engano, sobre a era Vargas. Ali está bem desenvolvido o problema do nacionalismo na era de Vargas, e há um depoimento meu, juntamente com o general Felicíssimo Cardoso, que era então o presidente efetivo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

P.R. - Eu gostaria de abordar um outro problema ainda dessa fase de Lobato, que é o seguinte: a tese sustentada na época pelos geólogos do Ministério da Agricultura, em aliança com os dois técnicos americanos que haviam sido con-

tratados, no sentido de insistir na tecla de que no Brasil não havia petróleo era exatamente para manter um mercado cativo das empresas norte-americanas que exportavam os derivados, para o Brasil, certo?

H.M. — Correto. É a justa interpretação.

P.R. — A descoberta de petróleo em Lobato, já na fase de atuação do Conselho Nacional do Petróleo, vinha de certa forma contrariar esses interesses.

H.M. — Correto. Eram os fatos se superpondo às teses do imperialismo.

P.R. — Houve um confronto!?

H.M. — Realmente. A presença física daquilo que se buscava, isto é Getúlio lambuzando as mãos, apresentando a mão negra - não é nenhum trocadilho - do petróleo de Lobato foi um choque na opinião pública nacional! Eu ponho aí a raiz da Campanha do Petróleo. Porque o povo brasileiro foi sensibilizado! Não tenho dúvida nenhuma de que Getúlio era um caudilho! Um caudilho de altíssima expressão na história do Brasil! Então o cuidado que Getúlio teve de ir a Lobato, sujar as mãos no petróleo, exibí-las para os fotógrafos, aí está um fato que viria mais tarde a traduzir-se no ânimo, no entusiasmo popular pela Campanha do Petróleo. E o jovem aproveitou logo.

J.D. — Como, concretamente, se utilizou esse fato, a descoberta do petróleo? Como era a difusão na imprensa? Qual o tipo de abordagem que era dado?

H.M. — Àquele tempo era exclusivamente, podemos dizer, através da imprensa e de repercussões no Parlamento. Discursos que se faziam... Mas não havia nenhum movimento

unitário em defesa do petróleo. Esse movimento em defesa do petróleo só viria a nascer em meados de 47. Essa é a própria história da luta pelo monopólio estatal. Quarenta e sete, a meu ver, é o marco inicial; tudo o mais é a pré-história.

P.R. — E na Constituinte de 46, na hora da votação do artigo 153 da Constituição, o assunto não teria sido ventilado? A Constituinte não havia criado de certa forma condições de inspiração para a futura deflagração da campanha?

H.M. — Isso mesmo Bernardes denunciaria mais tarde da tribuna da Câmara, quando ele acusou um agente da Standard Oil de ter influído...

P.R. — Mr. Schoppel.

H.M. — Exatamente, o hóspede do hotel Glória, e condecorado pelo general Dutra! Isso não deve ser esquecido! Ele era uma grande figura, Mr. Schoppel! Este homem influenciou na redação do artigo da Constituição, exatamente aquele de que eles se valeriam para a entrega do petróleo, para a redação do Estatuto do Petróleo, por Odilon Braga, mandado em mensagem por Dutra como anteprojeto em janeiro de 48. Aí já estamos entrando no que foi o desenvolvimento da campanha "O petróleo é nosso".

P.R. — Exatamente. Então foram as conferências de Horta Barbosa...

H.M. — Primeiro as de Juarez Távora, e eu lhe digo os detalhes: no Clube Militar predominava a linha nacionalista e democrática, acusada de linha esquerdista, e até de comunista. Eu citaria, por exemplo, Francisco Teixeira, o Teixeira, o brigadeiro Teixeira, do III Comando - naquele tempo e até 64 III Zona Aérea -, grande amigo pessoal

meu. Pois bem: o Teixeira, no Clube Militar, procurou desenvolver na Comissão de Estudos conferências e debates sobre os problemas econômicos. E um dos problemas foi o petróleo. Quem deveria falar sobre o petróleo? Um general, para eles. E esse general foi aquele que sempre tinha tratado do petróleo negando a sua existência, ou aceitando a tese: Juarez Távora. O tiro saiu pela culatra. Houve certa decepção, quase desespero em alguns sócios do Clube Militar ante as teses entreguistas de Juarez Távora. Todos sabem qual era a posição de Juarez: era a exploração do petróleo, fosse por quem fosse. Essa também era a posição de Lobato àquele tempo. Eu não lamento dizer que Lobato tinha essa posição negativa, porque depois ele a superou. E eu poderia até contar este cuento, como foi a mudança da posição de Lobato, que é muito interessante.

J.D. — Mas a administração do Clube Militar nessa época era de oposição à corrente de Dutra?

H.M. — Era. Era uma corrente nacionalista.

P.R. — Pois é, Miranda, eu queria fazer uma pergunta a respeito disso, retroagindo um pouco, que é a seguinte: nas eleições de 1944, ainda no tempo da ditadura, segundo o depoimento que nós temos, por sinal excelente, do Pinto Guedes, ele dizia que nessas eleições se defrontaram os generais Valentim Benício da Silva, que era o candidato do Dutra e do Góis, e o general Salvador César Obino*, que já era o candidato da corrente que mais tarde iria se filiar à posição do Estillac.

H.M. — É. Eu definiria essa corrente como realmente democrática e nacionalista. Não há dúvida de que havia ali alguns marxistas. Não tenho dúvidas em declarar isto, por

* Em 1944 o candidato de oposição à chapa dutrista foi o general José Pessoa.

que eles se declaravam como tal. Por exemplo, está aí diante dos nossos olhos de admiração, é claro, só podemos ter essa expressão, o Nélson Werneck Sodré, que era membro da diretoria do Clube Militar àquele tempo; um Francisco Teixeira, que sempre foi um homem de esquerda, e declaradamente! Ele foi o fundador e primeiro presidente de uma entidade que se chamou Amic - Associação dos Militares Casados - nome este que eu propus que se mudasse para Associação Democrática e Nacionalista dos Militares, esta Adenam que está funcionando na nossa ABI. Essas entidades eram e ainda são integradas basicamente por militares que tinham sido cassados - o nome inicial assim o dizia - e que tinham sido participantes ativíssimos da Campanha do Petróleo, vários deles presos e torturados em 52. Era eu então vereador, e fiz não sei quantos discursos em defesa desses militares, como o Fortunato de Oliveira, por exemplo. Um grande nome.

P.R. - Joaquim Inácio Cardoso, Leandro de Miranda Figueiredo...

H.M. - Joaquim Inácio Cardoso... Fortunato, nosso herói na Grande Guerra, foi o criador do Senta a pua; foi ele quem fez aquele desenho, aliás feio.

P.R. - Miranda, eu queria perguntar o seguinte: nessa primeira... Porque o general César Obino foi reeleito em 47...

H.M. - Exato.

P.R. - Mas nesse período em que ele foi eleito pela primeira vez, em 44*, derrotando o candidato do Dutra e do Góis,

* Obino foi eleito pela primeira vez em 1946.

o problema do petróleo já havia aflorado em termos de debates?

H.M. — Não em termos nacionais, mas em termos de preocupações internas dos diretores do Clube Militar. Olhe, eu atribuo a vitória da Campanha do Petróleo a uma soma de forças! Se não tivesse havido a confluência dos setores militares com o instrumento fundamental que era o Clube Militar... Então a presença de César Obino foi decisiva! Ao lado dele, um Artur Carnaúba, meu Deus! Não precisaria citar ninguém mais! Um Leitão de Carvalho, um Raimundo Sampaio, um Felicíssimo Cardoso! Vejam vocês o grupo que estava no Clube Militar! Junto a isso, a União Nacional dos Estudantes, que foi vanguardeira na Campanha do Petróleo desde, eu diria, o final de 47, os parlamentares, o movimento sindical, o movimento popular democrático. A soma de tudo isso é que iria constituir o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. Maria Augusta, que já esteve por aqui, deve ter falado longamente do Centro com aquele entusiasmo justo que lhe é peculiar. E deve ter dito que coordenou e dirigiu nacionalmente a campanha do primeiro ao último dia etc. e tal! Ela tem toda a razão. Realmente foi isso mesmo. Eu gostaria depois de contar a história do Centro do Petróleo, como ele nasceu e como ele se desenvolveu.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.D. — O senhor tinha falado antes sobre o grupo de oficiais nacionalistas, alguns dos quais eram marxistas. E os positivistas, mantinham-se ainda em maioria nesse grupo?

H.M. — De maneira nenhuma! Meu pai era positivista. Eu

tenho uma história de positivista, formação como tal. Fui católico positivista e depois fui para o marxismo - isso é uma coisa sabida de todos, não estou negando aquilo que eu...

J.D. - Esse trajeto intelectual era comum?

H.M. - Eu não diria comum, mas ocorreu muitas vezes. Eu citaria um grande amigo meu: Lobo Carneiro. Lobo Carneiro foi católico, positivista e marxista. Esse Fernando Luís Lobo Carneiro, a quem eu atribuo fundamentalmente a análise do Estatuto do Petróleo! A ele se deve a análise. Ao Clube Militar, a presença das forças armadas. Aos estudantes, aos parlamentares e ao movimento sindical, a presença do povo, da massa propriamente dita, aquela que acorria aos comícios, às passeatas, às palestras e às conferências. Foi uma soma de fatores. Esse Wirth, a quem eu me referi, me perguntava: "A que o senhor atribui, professor Miranda, a vitória da Campanha do Petróleo?" "A nós termos compreendido que ela só seria vitoriosa com o caráter de frente única. De frente única! Que é o único instrumento válido para o desenvolvimento dos problemas, da luta pela solução dos problemas nacionais." E detalhei com ele: "Nós obedecemos à tradição essencialmente brasileira, que é federativa." Então nós tínhamos na Campanha do Petróleo a comissão de bairro, a comissão municipal, o centro estadual, os centros regionais e depois o centro nacional. Toda essa escala funcionava organizadamente. Houve um toque militar em tudo isso, eu não nego.

P.R. - Agora, o general Salvador César Obino, que era o presidente do Clube Militar em cuja gestão o Clube começou a debater o problema, foi ganho para a campanha através da articulação de outras forças ou de forças de dentro do Clu

be Militar, ou ele tomou a iniciativa de chamar para dentro do Clube o debate do problema?

H.M. — Não. Eu atribuo ao envolvimento do César Obino... Ele não era um homem de pensamento de vanguarda.

P.R. — Como ele era, o César Obino?

H.M. — Primeiro, era um homem militar, basicamente. Segundo, era um democrata; ele realmente aceitava a presença das várias correntes de pensamento no Clube Militar, coisa que é muito rara, não é? Porque um milico, quando chega, estabelece uma ordem do dia e "Obedeçam ou se retirem". É a história do Clube Militar desde a derrota do Estillac Leal. É o Clube Militar atual.

P.R. — Mas o general Obino sofria...

H.M. — Ele foi envolvido por Artur Carnaúba, Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, Francisco Teixeira, Nélson Werneck Sodré e Humberto Freire de Andrade, um nome que não pode ser esquecido.

P.R. — Todos muito amigos meus.

H.M. — Exato. Todos eles envolveram a direção do Clube Militar. E o governo soube o que fazer com eles, espalhando-os pelo Brasil inteiro, quando houve a derrota.

P.R. — Mas o general Obino sofria pressões do Dutra e do Góis em virtude dessa...?

H.M. — Em certa medida, um militar nunca deixa de sofrer pressões. Esta é a lição de quem já viveu algum tempo em quartel ou em navio. Mas ele não obedecia.

P.R. — Tudo bem, Miranda. Mas dentro das forças armadas ele tinha um nível de respeitabilidade?

H.M. — Tinha e se fazia valer desse prestígio. Ele compa-

recia, por exemplo, para presidir um ato no Clube Militar... Era o general César Obino que estava falando, quer dizer, não era um pau-mandado, não era um instrumento passivo. Eu estou dizendo que a doutrina democrática e nacionalista foi levada ao Clube por esta, permita-me a palavra, plêiade - bonito, não? - essa plêiade de oficiais democratas e nacionalistas. E ele foi um oficial, foi um general que se pôs à altura do movimento. Deve ser realmente homenageado.

P.R. - Certo. Então em 1947 existiu a polêmica entre Horta e Juarez.

H.M. - Depois daquele resultado da conferência do Juarez, o Francisco Teixeira e os demais procuraram uma solução: "E agora, o que vamos fazer?" Sugestão imediata: "Vamos chamar aquele que falará em oposição a Juarez Távora. Vamos chamar Horta Barbosa." Júlio Caetano Horta Barbosa, ele, sim, positivista. Artur Carnaúba era apresentado como positivista, mas era marxista. Eu o conheci muito e muito pessoalmente para poder afirmar aqui neste meu depoimento. Podem usá-lo daqui a dez anos, talvez, não sei. [risos].

P.R. - Mas, e a campanha? Logo que o general Horta Barbosa...

H.M. - Horta Barbosa levou em duas conferências a sua famosa tese, que era a tese fundada no seguinte raciocínio: o petróleo ou é monopólio ou oligopólio dos trustes, ou é monopólio do Estado; não há uma terceira solução. A terceira solução que um Rafael Correia de Oliveira, que no início era do Centro de Petróleo, pretendeu no estado de São Paulo, e por isso ele foi expulso da campanha, expul-

so - digo isso com ênfase -, ele e o Matos Pimenta, essa terceira solução não havia. A empresa mista foi uma idéia do Roberto Sisson, que também se afastou do Centro do Petróleo, porque o Centro se tornou rigorosamente, intransigentemente monopolista. Pois bem: eu posso contar agora a história da origem do Centro do Petróleo? É oportuno?

P.R. - Pode, claro, exatamente. Nós vamos chegar lá. Apenas para fazer uma pergunta que represente, assim, um aspecto de ligação... O general Horta lançou sua tese, e a tese começou a sensibilizar alguns setores da opinião pública. Então o Centro de Defesa do Petróleo nasceu em função dessa preocupação, quer dizer, dessa projeção do problema nas áreas mais sensíveis da opinião pública, quando os estudantes começaram a se pronunciar em São Paulo, a erguer torres de petróleo no Largo de São Francisco...?

H.M. - Você apresentou com muita justeza o cenário. Era exatamente isso. As forças presentes eram as que você citou. E já havia a compreensão da importância econômica do petróleo, porque tínhamos sido pedagógicos. Nós começamos explicando o que era o petróleo: "Você sabe o que é petróleo?" Davam as respostas mais complicadas. Então nós dizíamos o que era petróleo, qual sua importância, e ainda explicávamos que do petróleo saíam os numerosos derivados: o povo em geral, a massa em geral não sabia que a gasolina era resultante do craqueamento do petróleo. Então fomos pedagógicos durante alguns meses com as conferências do general Horta Barbosa em mãos. Quando, em janeiro de 48, o Dutra mandou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo para a Câmara, já havia algum nível na campanha, já havia uma certa consciência popular nacional sobre a importância

do problema do petróleo, que se tornou o problema número um, o problema central, durante cinco anos. De 48 a 53 nós bebemos, comemos e dormimos com petróleo, sem dúvida alguma. Parlamento, UNE, militares, estudantes, intelectuais etc. etc.

P.R. — Nessa época você era membro da Liga Antifascista da Tijuca, que era presidida pelo general Euclides Figueiredo, não era isso?

H.M. — O governo de Dutra é apontado sempre como um governo democrático. Mentira total. Foi uma ditadura, todos sabem, não é verdade? E de fato o Dutra fechou sindicatos, o Dutra perseguiu, o Dutra matou, sempre falando no livrinho. É que ele não sabia ler. Então o livrinho para ele era uma coisa mais simples. Sabe-se que perguntaram a ele: "General, o senhor já leu o tal livro?" E ele respondeu: "Eu não leio livros, só leio o Regulamento Disciplinar do Exército." Isso era o Dutra, exato? Então houve o seguinte: o Dutra fechou o Partido Comunista.

[FINAL DA FITA 1-A]

H.M. — Mas não foi o fechamento do Partido Comunista que caracterizou o governo de Dutra como reacionário. Este foi apenas um episódio do reacionarismo do governo de Dutra. Nós procuramos então resistir a esse processo de fascistização. Eu era participante de um grupo de professores na Tijuca que em 38 tinha organizado um colégio, o famoso Curso General Gomes Carneiro — um dia esse curso terá a sua história escrita e louvada, porque ele foi cenário de muitas coisas importantíssimas nestes país. Bem,

nesse curso estavam o Bayard Demaria Boiteaux, que é um nome muito conhecido, o Guilherme Gomes Carneiro, o comandante Afonso Aranha Parga Nina, o comandante Gomes Carneiro e numerosos professores, por coincidência, mera coincidência, Plínio, todos eles esquerdistas. [ironizando] Então nós resolvemos organizar na Tijuca uma entidade de resistência ao processo de fascistização.

J.D. - Quando?

H.M. - Isso foi agosto, setembro de 47. O fechamento do partido foi em maio de 47, então dois, três meses depois nós constituímos a Liga Antifascista da Tijuca, que foi o nome adotado. A Liga nasceu no Curso General Gomes Carneiro, do qual eu era diretor, juntamente com o Boiteaux e vários outros professores. Na Liga Antifascista da Tijuca, cujo nome é bem característico, mas pitorescamente era da Tijuca, não era nacional, nem sequer do Rio de Janeiro - nós éramos pretensiosos ao extremo - tínhamos um elo, e esse elo veio a produzir realmente coisas muito importantes. Numa das reuniões, das quais participavam homens como o general Euclides Figueiredo, o pai desse fascista aí, general Figueiredo - eu hoje estou usando muito a palavra fascista, hoje estou meio zangado [risos] - e d. Nuta Bartlett James, figura extraordinária de mulher, andava quase comumente com uma pistola na bolsa... Interessante, num dos comícios que foram dissolvidos pela polícia, eu me lembro dela gritando ao microfone: "Não corram! Fiquem! Permaneçam! Sejam homens!" [risos] Eu tive que lembrar: "D. Nuta, a senhora é mulher!" Essa era a fibra de d. Nuta. E lá estava também o general, então coronel, Felicíssimo Cardoso - eu já o citei aqui várias vezes. Quem era ele? Membro do Clube Militar, atuante junto à direto-

ria do Clube Militar. Ele foi o elo entre o Clube Militar e a Liga Antifascista da Tijuca.

J.D. — Essa vinculação se repetia nas outras organizações, tais como o Centro Democrático Catete - Laranjeiras, ou aquela outra de Ipanema, à qual o Lobo Carneiro era filiado?

H.M. — Eu vou continuar e nós veremos esse elo. A Liga Antifascista constituiu uma comissão integrada, se não me falha a memória, por Nicanor Nascimento, que era um político ainda do século passado - em 1897 ele foi advogado de meu pai; bastava citar esse fato - Carrera Guerra, Benedito Calheiros Bonfim, Bayard Boiteaux e eu, para examinar as duas teses: a do general Juarez Távora e a do general Horta Barbosa. Não é fácil concluir que nós nos pronunciámos pela tese do general Horta Barbosa. [ironizando] A Liga Antifascista adotou a tese do general Horta Barbosa. E nós nos ligamos ao Clube Militar, à União Nacional dos Estudantes, e fomos num crescendo, até que em abril de 1948 - minha memória não está falhando ainda, já estou com 70 anos - nós promovemos uma conferência no auditório da ABI - a ABI teve um grande papel em tudo isso. E ali, eu, que estou depondo, propus que se fundasse um Centro Nacional, - o nome ainda era esse - de Estudos e Defesa do Petróleo, que mais tarde, por proposta do general Raimundo Sampaio, passaria a ser Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e - estendendo-se até - da Economia Nacional. Evidentemente a proposta foi aprovada por unanimidade. E eram conferencistas, entre outros, Artur Carnaúba - vejam o elo com o Clube Militar - e Luís Hildebrando Horta Barbosa. Quem era? Primo do general Júlio Caetano Horta Barbosa. Estão vendo todos os elos, os fios se entrelaçando, a composição do tecido? Pois bem! No dia 9 realizávamos a

primeira reunião do Centro recém-fundado, quando foi eleito o Luís Hildebrando Horta Barbosa para presidente efetivo e eu para secretário-geral. E continuei secretário-geral durante toda a vida do Centro do Petróleo, até sua invasão pela polícia, em 64, com o golpe militar. Ele continuou existindo clandestinamente e eu continuei como secretário-geral teimosamente.

J.D. — O senhor tocou num ponto importante, que é justamente a articulação entre o Clube Militar e as associações de bairros, enfim, as associações de moradores. Agora, e com os políticos? Já havia políticos, deputados eleitos envolvidos nesse momento de articulação do Centro?

H.M. — Basta citar o membro da Liga Antifascista da Tijuca, que era deputado federal, e note, pela UDN: Euclides Figueiredo. E Heitor Beltrão - aliás, eu não tinha lembrado ainda a grande figura do meu querido Heitor Beltrão. Às vezes, de maldade, eu apresentava Heitor Beltrão: "Agora vai falar Heitor Beltrão, político de tradições democráticas, advogado da Associação Comercial." Ele ficava uma fera! Depois ia para a tribuna e dizia: "Mas o meu amigo Henrique Miranda sabe que eu tenho o coração do lado esquerdo." Isso eu lembro de vez em quando ao Hélio, o filho dele. Uma grande figura também.

J.D. — Essa vinculação de políticos da UDN com o Centro nesse início foi casual?

H.M. — Nasceu em grande parte pela oposição a Dutra. É o óbvio e coincidência: todos nós contra a fascitização de Dutra, não é verdade? É claro que Dutra não governou sem a UDN. Na Bahia, por exemplo, Mangabeira, a quem eu visitei, fez a aliança, a coligação, a coalizão, que nome se

queira dar, do PSD com a UDN.

P.R. — Agora, em 48 o general José Pessoa foi eleito presidente do Clube Militar*. A orientação do Clube em relação ao problema foi alterada?

H.M. — Abrandou-se a participação. José Pessoa era outro tipo. Esse era um egocêntrico, um autoritário. Então a participação reduziu-se, mas a presença do Clube Militar ainda continuou na Campanha do Petróleo. A tese do monopólio estatal só deixou de ser bandeira do Clube com a derrota de Estillac Leal. Essa é a história verdadeira.

P.R. — Em 47 foi eleito presidente da UNE Roberto Gusmão, de uma grande memória passada e de atos recentes bastante deploráveis. Mas esse é um outro problema.

H.M. — Olha a agulhada! [risos]

P.R. — Como se deu, então, esse tipo de aproximação? — por que havia uma íntima ligação entre a UNE e o Centro. Os estudantes procuraram o Centro ou o Centro procurou os estudantes?

H.M. — Acho que você poderia depor melhor do que eu, porque você estava do outro lado, eu estava do lado de cá. Então nós vamos procurar uma interpretação justa. Os estudantes tomaram eles próprios a iniciativa da campanha, entusiasmados pelo lançamento da tese Horta Barbosa, a qual os jornais deram uma grande repercussão! E havia um jornal àquele tempo que se dedicou desde então à divulgação da tese do monopólio estatal: Jardim... Jornal de De-

*Engano do entrevistador. José Pessoa foi eleito em 1944; em 1948 o eleito foi Salvador César Obino.

bates. Eu quase dizia jardim, porque era realmente uma horta terrível aquele jornal; lá escreviam fascistas, comunistas, era uma confusão dos diabos! [risos] Pois bem: então os estudantes tomaram a iniciativa na sua famosa sede, que agora está sendo retomada, e caminharam para as ruas. Eles tomaram a iniciativa e foram para os ginásios, os colégios, ensino de primeiro grau, ensino de segundo grau, e principalmente para as universidades.

Quando fundamos o Centro do Petróleo, lançado em 4 de abril - repito - na ABI, depois organizado em 9 de abril e finalmente fundado a 21 de abril numa grande solenidade no Automóvel Club, com a presidência do Artur Bernardes, nós, na organização do Centro - retomo o fio -, declaramos que estatutariamente o titular da presidência da UNE seria sempre presidente de honra do Centro do Petróleo. Viram vocês a vinculação? Porque estava em nossa alma, estava em nossa compreensão, que só haveria um caminho: a frente única. Sem a presença da juventude, dos estudantes, de jovens operários, como procurávamos trazer, das mulheres, dos operários em geral, dos intelectuais, dos militares, dos parlamentares, enfim, de todas as correntes, de todos os setores e classes sociais, não haveria vitória. E a vitória veio porque nós construímos a frente única. Felizmente eu nasci para a política com uma frente única única: Aliança Nacional Libertadora. O desastre, o levante de 35, não me atingiu. Eu dele divergi permanentemente. Como hoje ainda divirjo.

P.R. - Essa questão da conquista das comunidades de bairro naquela época para a Campanha do Petróleo é um assunto que interessou muito ao José Luciano, principalmente durante a entrevista com a Maria Augusta, e eu acredito que ele quei

rá abordar com mais detalhes esse caso.

J.D. — Justamente. Porque me impressiona, após uma fase de uma ditadura constante, e mesmo após o governo Dutra, haver uma vida associativa de tal intensidade, e mobilizada para uma campanha que tem uma amplitude, uma perspectiva bem ampla.

H.M. — Você sabe que o Partido Comunista tinha apresentado um projeto assinado inicialmente por Marighela, não é?

J.D. — Exatamente.

H.M. — Então realmente não se deve ao Partido Comunista a realização da Campanha do Petróleo. Mas os comunistas mudaram a sua posição posteriormente ao lançamento da campanha. Houve discussões diretas com, por exemplo, um Gra-Bois, um Arruda, um Pomar, e eles, que eram partidários da tese do Marighela, uma tese inteiramente diferente da tese do monopólio, vieram apoiar a tese do monopólio estatal. Houve um papel dos comunistas na difusão da tese Horta Barbosa; eles desempenharam realmente um papel efetivo. O que não quer dizer que o Centro estivesse subordinado a eles em momento algum. Ao contrário! Foi o Centro que trouxe os comunistas para a campanha, e não os comunistas que trouxeram o Centro para a Campanha do Petróleo. Agora, eles foram elos com as organizações de bairros em que participavam: Centro Democrático Catete-Laranjeiras... A Maria Augusta deve ter citado aqui. Ela era ativista, e a mãe dela, a minha sogra, Alice Tibiriçá, era a presidente, com a presença do que seria mais tarde um presidente do Centro do Petróleo, o senador Matias Olímpio, da UDN também.

J.D. — Certo. O senhor mencionou na sua intervenção ante-

rior que o Centro já se instalou sob a presidência do Artur Bernardes. Como o Artur Bernardes chegou à participação no Centro?

H.M. — Muito importante isto. Uma vez ouvi de Bernardes... Freqüentei-lhe a casa na rua Valparaíso. O curso que eu citei era no largo da Segunda-feira - hoje é um bruto edifício - e a dois quarteirões morava o Bernardes. Nós o procurávamos com uma certa freqüência; atividades políticas, interesses... Então o Bernardes me disse textualmente na presença de Artur Carnaúba e Felicíssimo Cardoso: "Professor, eu não pude ser presidente da República, impediram-me. Foi o Farquhar. Eu só pude ser chefe de polícia." Aí está o retrato de Artur Bernardes. Uma auto-crítica, a confissão de que o governo dele foi um governo policial, por isso é que ele foi chefe de polícia. Textualmente. A frase fica aí gravada, frase de Bernardes com testemunhas! Mas ele sempre foi, invariavelmente, como industrial de porte pequeno ou médio, o homem interessado no desenvolvimento da economia nacional. Bernardes não era ligado ao latifúndio e muito menos às multinacionais. Então, meu amigo, você está vendo aí a explicação da ideologia de Bernardes: era um homem da classe média, um industrial na terra dele, Viçosa, e um político militante, com uma sensibilidade extraordinária. Sensibilidade que ele iria revelar sobretudo em 30 e em 32, quando foi para a ilha do Rijo como preso, prisioneiro do Getúlio, exato? Então em 46 ele notou, percebeu a influência do truste. Já ali ele começou a verificar o que estava ocorrendo. Em 47 ele foi leitor atento das conferências de Juarez Távora e de Horta Barbosa, e nós o procuramos. Não vou dizer que tenha sido

geração espontânea, que o Bernardes tenha descoberto de repente a tese do monopólio estatal. Não foi nada disso. Fomos procurá-lo eu, o general Artur Carnaúba, o Lobo Carneiro, que está vivo para testemunhar, e o general Felicíssimo, Bayard Boiteaux e vários outros, para convocá-lo para a campanha! E ele se tornou, ao lado de Eusébio Rocha, na Câmara Federal, a grande figura da defesa do petróleo. Quando Bernardes falava, a Câmara parava. As comissões interrompiam suas reuniões e todos iam para o plenário. O discurso de Bernardes era anunciado previamente por toda a imprensa: "Bernardes vai falar!". E as galerias se enchiam. Nós levávamos para lá os petroleiros, como éramos chamados às vezes, maldosamente, petroleiros no mau sentido. Lotávamos a Câmara e Bernardes fazia um daqueles fulminantes discursos, que em seguida nós editávamos. E esse papel que ele desempenhou foi repetido, por exemplo, na defesa da Amazônia. Mas isso já é outro capítulo.

P.R. — Então o Bernardes é aquele paradoxo: é o homem que, como presidente da República, viveu distanciado do povo, e que se tornou amado pelo povo....

H.M. — ... Prisioneiro no palácio.

P.R. — Exatamente.

H.M. — Seu Rolinha, seu Mé-seu Mé.

P.R. — Como se dava o relacionamento de Bernardes com os militares do Clube que o combateram em 22 e 24?

H.M. — Posso contar um pequeno fato anedótico também em relação a Bernardes? [Risos]

P.R. — Pode.

H.M. — Certa vez fomos procurá-lo, já no fim do governo...

P.R. — ...Dutra.

H.M. — Não, de Vargas, em 45. E ele disse para mim: "Professor Miranda, veja bem com quem está se aliando!" [imitando a voz de Bernardes] Ele era um homem político por excelência. Não sei se estou fazendo uma maldade contando isto, mas é tão pitoresco que eu não resisto. Hoje acordei com o espírito do mal encarnado. Mas ele sabia que eu estava ligado ao Virgílinho de Melo Franco na formação da UDN etc e tal. Então me disse ele assim, diante dos circunstâncias: "Olhe, professor, ele é tão e tão terrível, que até com os comunistas está ligado!" Foi uma gargalhada geral. Contida, porque ninguém podia dar gargalhadas diante de Bernardes. Mas quando saímos, dávamos gargalhadas. Isso era Bernardes, que mais tarde viria defender pessoalmente, energicamente, a presença dos comunistas na Campanha do Petróleo contra intrigas que pretenderam fazer. Ele, o general Leitão de Carvalho e o general Raimundo Sampaio advogaram com insistência, ante acusações de Matos Pimenta, a continuação dos comunistas, entre aspas, no Centro do Petróleo. Mas você tinha feito uma pergunta sobre...

P.R. — Eu tinha feito uma referência sobre o Bernardes presidente e os militares...

H.M. — E o Clube Militar, os militares, foi isso.

P.R. — Exatamente.

H.M. — Quando anunciamos que a instalação do Centro do Petróleo, a realizar-se no Automóvel Club, seria presidida por Artur Bernardes, vários militares disseram que não compareceriam, entre eles Felicíssimo Cardoso, meu grande e querido amigo.

P.R. — Filho do marechal que mais o combateu.

H.M. — Exato, Joaquim Inácio. D. Alice Tibiriçá também disse: "Eu não vou. Não aperto a mão de Bernardes!" E vários outros políticos. Aí tivemos que fazer um trabalho de catequese que durou mais de uma semana, de um por um, discutindo o novo papel de Bernardes; Bernardes o deputado federal, Bernardes o ex-presidente da República, aquele homem ultra-reacionário! Como a presença e a voz de Bernardes iriam influir para destruir aquela exploração de que a campanha era comunista! Pois bem: sem me alongar muito, todos os militares e d. Alice, todos compareceram. E todos eles apertaram a mão de Bernardes. No meio da campanha, Bernardes foi convidado para fazer uma conferência no Clube Militar. Demonstrou certa surpresa, fui eu quem transmitiu a ele o convite: "Mas eu, no Clube Militar?" [imitando a voz de Bernardes] Ele era muito solene, tinha uma voz empostada, apresentava-se sempre muito bem vestido. Na casa dele, inclusive, doente, ele fez questão de pôr a gravata para nos atender. "Sim, presidente," - era esse o tratamento - "o senhor está convidado para falar no Clube Militar." E desde então preparamos a continuidade da conferência de Bernardes no Clube Militar. Sabe qual foi? Foi a seguinte: quando ele terminou a conferência, eu e um grupo fomos a ele, à mesa do auditório do Clube Militar, e o convidamos para ir à frente do auditório, das pessoas ali presentes, caminhando pela avenida Rio Branco, desde o Clube até a sede então do Centro do Petróleo, que era na esquina da Sete de Setembro com a avenida, na Bolsa Imobiliária - algo assim - do Matos Pimenta. Ele aceitou imediatamente. Para surpresa geral, foi um escândalo quando o povo viu Bernardes desfilando à

frente da massa! Foi um ponto alto no Rio de Janeiro. É claro que, no dia seguinte, a imprensa toda, com espanto geral, dava a fotografias de Bernardes à nossa frente, comandando uma passeata pelo monopólio estatal do petróleo. E quando chegamos à sede do Centro do Petróleo, da sacada da Bolsa Imobiliária - ou que nome tenha, não me lembro bem, era de propriedade do Matos Pimenta -, vários oradores se pronunciaram, inclusive o próprio Bernardes. Então você vê como ele caminhou, e a integração decisiva, realmente integral e total do Bernardes na luta popular.

J.D. - Eu gostaria de insistir em outro ponto. A sustentação parlamentar do governo Dutra era um acordo interpartidário relativamente poderoso. Como a Campanha do Petróleo conseguiu atrair deputados, inclusive da UDN, numa oposição clara ao governo Dutra, numa campanha opositora ao governo Dutra?

H.M. - O Juscelino Kubitschek, depois de realizar a sua campanha eleitoral e eleito, dizia-nos: "Vocês, da Campanha do Petróleo, realmente penetraram em todo o Brasil. Vocês escreveram 'O petróleo é nosso' na última porteira da última fazenda do mais longínquo ponto do território nacional! Eu encontrei em todos os meus comícios pessoas que me perguntavam: 'Qual é a sua posição relativamente ao problema do petróleo?'" Se ele, Juscelino, era solicitado como candidato a presidente da República - veja bem você - antes dele todos os deputados sentiram a presença da campanha nos seus municípios, nos seus estados. Então eles se preocuparam: "Nós só seremos eleitos se nos declararmos a favor do monopólio estatal do petróleo." E isso se efetivou. Deputados de todas as bancadas, do PSD - não PDS - daquele tempo, UDN, PTB, PR, que era presidido

por Bernardes, todos os partidos deram elementos para a Campanha do Petróleo. Não houve uma divisão por siglas; houve uma divisão por posições individuais dentro da Campanha do Petróleo. Foi por isso que os deputados se tornaram sensíveis às discussões no plenário. Porque eles vinham de um auditório maior: o auditório popular, o auditório das campanhas eleitorais.

J.D. — Um outro ponto muito tocado por toda a bibliografia sobre petróleo diz respeito ao controle do truste sobre a imprensa. Como era feita a divulgação do movimento a favor do monopólio estatal no início da campanha?

H.M. — Você sabe que o fato faz a notícia, não é? Então, por exemplo, quando eles massacravam o povo, os jornais tinham que noticiar, porque havia mortos e feridos. Isso é uma explicação de ordem geral: o fato se impunha. Mas eu vou lhe dar outras explicações. Vou citar dois fatos: no início, todos os jornais se posicionaram a favor da tese de Juarez Távora, com algumas nuances. Pois bem: conquistamos - e aí o papel foi da comissão de propaganda presidida pela Maria Augusta -, conquistamos o apoio de Orlando Dantas, do Diário de Notícias. E este foi o órgão número um da grande imprensa a favor do monopólio estatal. Agora, para caracterizar - vou citar alguém que já morreu, mas infelizmente tenho que contar o episódio: fomos à Câmara Federal pedir a Tenório Cavalcanti o apoio do seu jornal, que era aquele... Como se chamava?

P.R. — Luta Democrática.

H.M. — Luta Democrática. Que não era nem de luta, nem democrático; era um pasquim ordinaríssimo. Pedimos a Tenório o apoio à Campanha do Petróleo. Sabe qual foi a res-

posta dele, testemunhada por pessoas que depois eu posso trazer aqui também? Foi a seguinte: "Olhe, amigo Miranda, quando eu atingir 80 mil exemplares de tiragem, eu posso dispensar o anúncio da Standard. Por enquanto não posso... Não vou apoiar Campanha do Petróleo nenhuma." E essa era a atitude dos donos de jornais: Correio da Manhã. O Jornal, então com o Carlos Lacerda. Carlos Lacerda foi o corvo de sempre, inimigo total e absoluto do monopólio estatal do petróleo!

P.R. — Miranda, você faria agora um perfil dos vários militares que participaram com mais destaque na Campanha do Petróleo? Eu queria estabelecer uma diferença de pensamento e de filosofia entre o general Raimundo Sampaio, por exemplo, e o general Leitão de Carvalho, porque sei que não eram pessoas da mesma formação. Você conseguiu juntar na Campanha do Petróleo, e é realmente um exemplo extraordinário...

H.M. — Eles eram chamados generais do petróleo.

P.R. — Exatamente. Então é realmente um momento extraordinário de frente única, como está provado em toda a história. Mas, por exemplo, como poderia o general Raimundo Sampaio, que era um homem de atitudes conservadoras ...?

H.M. — ...Anticomunista feroz, do comando de Juiz de Fora. Prendia e mandava tirar de circulação.

P.R. — Certo. E o general Estevão Leitão de Carvalho era de outra formação.

H.M. — Homem de tradição intelectual. Leitão de Carvalho era sobretudo o escritor, era parente de Machado de Assis. Isso pesa um pouco, não é?

P.R. — Pesa um pouco.

H.M. — Ele deve ter pensado algumas vezes em Dom Casmurro, Quincas Borba, Brás Cubas, talvez isso tenha influído um pouco. O Leitão de Carvalho era o diplomata. O Raimundo Sampaio era o troupiér, era o homem de caverna com leituras. Então ele vinha do quartel para a leitura; o Leitão de Carvalho ia da leitura para o quartel, se me permite o jogo de palavras.

P.R. — Perfeito. Agora, algum motivo deve ter havido para que o general Raimundo Sampaio se integrasse.

H.M. — Claro, a tradição nacionalista do Exército. Talvez você fique surpreso: eu afirmo categoricamente que o Exército brasileiro tem tradição nacionalista. A posição dos militares do golpe de 64 é de traição às tradições democráticas do Exército. Não foi o Exército que traiu o Brasil. Foram esses militares golpistas, todos eles; a começar por Castelo Branco, a continuar por Médici, Geisel, Figueiredo, e pode acrescentar outros de sua lembrança a esse rol. Eles é que traíram as tradições de Benjamim Constant, Deodoro, Floriano, Siqueira Campos.

P.R. — Mas dentro do Centro não havia dificuldade de convívio?

H.M. — Em primeiro lugar, nós tínhamos reuniões semanais, invariavelmente, e eles compareciam. Então os assuntos eram debatidos com eles. Eu fui um participante da Campanha do Petróleo, se me permite o inglês, full time! Tempo integral, dedicação exclusiva. Passei cinco anos tratando de petróleo. Eu tinha vendido um curso, um colégio, e com aquele dinheiro e umas aulas que eu dava podia viver, ou sobreviver. Pois bem: então era organizada uma pauta rigorosa para cada semana. Na discussão dessa pauta — problemas políticos, problemas internos do Centro, de

organização, de propaganda, de finanças, inclusive - esses gerais tomavam a palavra. Então eles participavam do processo democrático de deliberações. Havia uma coincidência um pouco propositada, o tal do centralismo democrático, que era o seguinte: o secretário-geral do Centro do Petróleo era também, cumulativamente, o presidente da comissão executiva. Já viu a chave? [risos] Não era de galão, mas era de posição. Por quê? A comissão executiva era integrada pelos presidentes dos departamentos: Departamento de Estudos, Fernando Luís Lobo Carneiro; Departamento de Propaganda, Maria Augusta Tibiriçá Miranda; Departamento de Finanças, fulano, fulano e fulano - esse era sempre meio problemático; Departamento de Organização, também andou variando, mas eu citaria o Nilo Werneck, por exemplo, como citaria dez outros do Departamento de Estudos. Cada presidente integrava a comissão executiva, e eu, secretário-geral, presidia esta comissão. Então havia uma centralização no comando, e ao mesmo tempo uma deliberação maximamente democrática, porque todas elas eram tomadas em debates, nas reuniões semanais. E depois em outras maiores, mensais, com os presidentes das comissões de petróleo: comissões estudantis, comissões operárias, comissões intelectuais, comissões de categorias profissionais etc.,etc.

J.D. - Outra coisa muito importante na campanha é essa difusão no interior do país, feita principalmente com base nas câmaras municipais e assembléias legislativas, justamente como o Plínio ressaltou, os setores mais conservadores da política brasileira. Como se explica que a campanha tenha tido como correia de transmissão para o interior do país justamente essas câmaras municipais e le-

gislativas?

P.R. — Exato, Miranda, isto é muito importante...

H.M. — Àquele tempo eram cerca de duas mil câmaras, hoje são mais de quatro mil. Pois bem: nós nos dirigimos praticamente às duas mil câmaras. Nos arquivos do Centro, que estão comigo, ainda temos as cartas que nós dirigimos às câmaras municipais, aos prefeitos, aos bispos. Então houve uma convocação nacional efetiva. O presidente de cada câmara mandava ler aquele expediente e os vereadores tomavam conhecimento...

[FINAL DA FITA 1-B]

H.M. — ...de que existia uma campanha do petróleo que já se refletia nos pequenos jornais dos municípios. Em geral não eram jornais, eram semanários. Etimologicamente, jornal quer dizer diário.

J.D. — E o contato com esses semanários, como era feito?

H.M. — Nós mandávamos matéria para eles publicarem. E nós fundamos um centro depois do rompimento de Matos Pimenta, depois que expulsamos Matos Pimenta em 49, e expulsamos em assembléia na UNE, presidida por Nuta Bartlett James; porque ele tentou uma intriga terrível anticomunista, apontando-me como isto e aquilo, fazendo uma acusação inteiramente falsa, absolutamente fantasiosa. Pois bem: depois que perdemos o Jornal de Debates, deliberamos fundar um órgão, e foi criado Emancipação. Eu estive na fundação desse órgão, tenho coisa raríssima...

[INTERRUPTÃO DE FITA]

H.M. — Retomando à questão da presença das câmaras municipais com a sua composição muitas vezes realmente retardatária, conservadora, ligada ao latifúndio, aos coronéis etc. etc., eu me referia à fundação do jornal, do semanário, diria melhor, Emancipação. Ele viveu sete anos, de 49 a 56, e editaram-se 84 números. Eu tenho uma coleção completa. Fui permanentemente da direção do periódico - periódico, como nós chamávamos. Ele se tornou oficiosamente órgão do Centro de Petróleo e efetivamente órgão da Campanha do Petróleo. Durante as campanhas para obter recursos financeiros, nós procurávamos as mais variadas pessoas. Eu poderia citar, por exemplo, Peixoto de Castro como um contribuinte nosso, apesar de dono de Manguinhos. Mas ele nos dizia: "Eu sou partidário do monopólio estatal. Na hora em que o governo quiser, eu vendo esta refinaria. "Vendo", é claro. Mas dava ajuda financeira ao Emancipação. Pois bem: Emancipação era remetido para todas as capitais dos estados - Porto Alegre, Florianópolis etc. e tal - e as capitais, por sua vez, remetiam Emancipação para os principais municípios. Não vou dizer a você que os dois mil e tantos municípios eram atingidos. Não eram. Mas digamos que quinhentos municípios fossem alcançados pela distribuição de Emancipação. Eu ousou dizer que era o jornal político especializado em economia e da Campanha do Petróleo mais difundido. De certa forma Emancipação alcançava municípios onde não chegava a grande imprensa, um Jornal do Brasil, um Correio da Manhã, porque nós mandávamos por mala direta." Senhor presidente da Câmara Municipal de Passo Fundo", de Ipiranga, de não sei quantas, então isso funcionava.

Agora, um detalhe: durante todo o governo Dutra,

e ainda depois durante o governo de Getúlio, porque a campanha se prolongou até 53 e Getúlio ficou até 54, o jornal foi alvo de perseguição. Quando ele chegava ao aeroporto - a distribuição era feita evidentemente por via aérea -, muito repetidamente era apreendido. Em Natal, por exemplo, o Comando Aéreo - chamado Zona Aérea - prendia o jornal e o destruía. Nosso recurso: Djalma Maranhão ia com o seu jipe, encostava o jipe na escada do avião, recolhia os pacotes de Emancipação e fugia do aeroporto. Aí passava a distribuir. Estes são detalhes que mostram o que foi a vivência da Campanha do Petróleo. Um outro episódio da campanha, agora um elogio a Barbosa Lima Sobrinho; o governador de Pernambuco garantiu na plenitude a circulação do periódico Emancipação. No jornal colaboravam as maiores figuras da época: economistas, sociólogos, escritores, historiadores etc. etc. Se vocês correrem a lista de colaboradores, vão ficar impressionados.

P.R. - A pergunta do José Luciano com relação ao problema das câmaras municipais é muito importante e de certa forma pede uma seqüência. Eu sempre achei que as câmaras municipais eram constituídas de um modo geral de vereadores intimamente ligados às oligarquias locais. No entanto, eu observo que a aceitação da Campanha do Petróleo pelas câmaras municipais foi muito grande. Eu me lembro, por exemplo, que no comício de 4 de julho de 48, em Cataguases, que é a minha cidade, e onde você esteve, o deputado Pedro Dutra, que era deputado federal pelo PSD e dono da rádio - ele sempre foi um homem de uma honradez pessoal muito grande, mas não tinha grande sensibilidade por esse tipo de campanha, era um político de interior -, colocou a rádio dele 24 horas à disposição do comício.

H.M. — Eu me lembro dele e desse pormenor.

PR. — Esse caso de Cataguases deve ter-se repetido em outras cidades do Brasil.

H.M. — Inúmeras vezes.

P.R. — Às vezes a gente fica pensando o seguinte: nesse caso da Campanha do Petróleo, parece que não existia uma contradição entre os interesses e a posição social e econômica desses vereadores, que eram homens eleitos pelos fazendeiros, representativos dos fazendeiros, eles próprios muitas vezes fazendeiros, latifundiários e tal, e o monopólio estatal. É o que eu presumo. Será que tenho razão?

H.M. — Plínio, eu me referirei novamente ao caráter de frente única, à amplitude da campanha. O Centro era contra o Estatuto entreguista ao tempo de Dutra, e contra a mensagem da Petrobrás, entre aspas, de Vargas, que nós apontávamos como nova forma de entreguismo. O nome perdeu a pedido de Getúlio — isso virá depois na história da campanha, na fase final, em 53. Então eram esses os dois pontos: contra o Estatuto, entreguista, ou contra a mensagem entreguista de Vargas, e só e exclusivamente pelo monopólio estatal. Nós não nos desviávamos para combater o latifúndio, portanto o coronel latifundiário não se sentia atingido. E ele, então, muito à vontade, podia vir para a rádio, para a tribuna de um comício, para a sala de uma conferência apoiar o monopólio estatal do petróleo.

Eu me lembro nitidamente que, numa conferência na ABI, pitorescamente, eu, que estava dirigindo os trabalhos, tinha do lado direito contraditoriamente o Roberto Moreno, comunista, e do lado esquerdo um deputado integralista. Este fato mostra simbolicamente a amplitude da cam

panha de defesa do petróleo: do comunista ao integralista. Se isso ocorria na área ideológica e na área política, também na área social a contradição ficava subjacente. Não desaparecia, é claro! Nós não estávamos superando a contradição entre o latifúndio e o campesinato. Deus me livre! Nós não éramos chave de solução de coisíssima nenhuma! Nós não éramos o elixir para os problemas nacionais! Mas nós éramos, sim, um instrumento válido, forte, rígido e atuante para a conquista do monopólio estatal do petróleo, que compreendíamos ser um elo para a emancipação nacional, como está demonstrando que é na realidade.

P.R. — Miranda, vamos verificar o seguinte: como José Luciano lembrou aqui muito bem, o governo Dutra tinha uma maioria parlamentar espantosa, porque ela era produto da união dos três maiores partidos do país. Não sei se em 47 ou em 48, o Dutra remeteu para a Câmara o Estatuto do Petróleo.

H.M. — Em janeiro de 48.

P.R. — Então ele tinha uma maioria espantosa para aprovar o que quisesse. Mas acontece que o Estatuto do Petróleo ficou congelado na Câmara. Eu compreendo perfeitamente que a campanha popular teve uma participação imensa nesse congelamento.

H.M. — Foi decisiva.

P.R. — Mas, por outro lado, não existia uma forma de contato dos elementos da campanha com a área parlamentar no sentido de impedir, por exemplo, que o projeto fosse colocado na ordem do dia? Porque seria muito natural que o líder da maioria do governo Dutra, interessado na votação do Estatuto, fizesse um apelo à mesa no sentido de que ele fosse colocado na ordem do dia. E isso não

aconteceu. Parece que o Estatuto foi apenas à Comissão de Constituição e Justiça, não foi?

H.M. — E terminou arquivado. Não houve votação final. Tanto que o Estatuto do Petróleo poderia ser revivido a qualquer momento nas sessões legislativas seguintes. Ele não foi absolutamente derrotado; ele não foi a plenário para votação. O que aconteceu, José Luciano, foi a batalha parlamentar de defesa do monopólio estatal. Cada discussão numa comissão - Justiça, Segurança Nacional, Economia etc. - era acompanhada da maior mobilização que você possa imaginar. Os deputados recebiam centenas de mensagens cercando-lhes...

J.D. — Os militares não participavam dessas atividades?

H.M. — Ativamente. Os militares iam em conjunto à Câmara acompanhar as votações. Como eu me lembro de tudo isto no Palácio Tiradentes! Quantas tardes e quantas noites nós lotamos a Câmara Federal! Ali estavam os membros do Clube Militar e muitos outros militares. Porque diziam àquela época: "Saiu da ativa para a reserva do petróleo." - era a frase corrente. E realmente o coronel ia para a reserva e passava a ser "general do petróleo", como se dizia. E todos eles iam de corpo presente procurar influir na votação na Câmara Federal. Agora, direi melhor: não era apenas no plenário, era no recinto das reuniões das comissões específicas. Por exemplo: a Comissão de Justiça estava discutindo o Estatuto do Petróleo, a mensagem Dutra, a mensagem que nós batizamos, e que ficou sendo mensagem entreguista - é uma palavra que veio da Venezuela, acho que você conhece a história, foi lá que lançaram essa palavra -, a mensagem entreguista então era alvo do combate de todos. A UDN se servia, é claro e evidente, de bons ora-

dores, como depois também se valeu muito do combate à mensagem da Petrobrás durante o governo Vargas, que afinal acabamos...

P.R. — Durante o governo Dutra, a pessoa da UDN que mais se destacou foi o Coelho Rodrigues.

H.M. — Que era da direção do Centro do Petróleo, um homem que ocupava a tribuna permanentemente.

P.R. — Todo dia.

H.M. — Todo dia o Coelho Rodrigues estava lá, Helvécio Coelho Rodrigues, oficial de Marinha, meu colega de farda, grande figura, grande figura mesmo, extraordinária! Homem um pouco exótico, um pouco... Bom não vou contar anedotas. [risos] Já contei muitas anedotas. Pois bem: o Coelho Rodrigues não deixava a tribuna e era acompanhado, como já mostramos, pelos grandes discursos de Artur Bernardes.

P.R. — Miranda, antes de chegar na mensagem de Vargas, tenho a impressão de que foi no final de 48, o general Canrobert Pereira da Costa baixou uma ordem proibindo que os oficiais se manifestassem em torno do problema do petróleo. Então vários deles pediram passagem para a reserva - eu me lembro, por exemplo, do major Napoleão Bezerra e de vários outros. Esse fato teve repercussões dentro do Exército no sentido de esmorecer um pouco a posição dos militares em relação ao problema?

H.M. — Os ativistas tornaram-se mais ativistas. Agora, é claro que isso aí foi um fator negativo; impediu que guarnições inteiras continuassem a se pronunciar. Às vésperas de uma das discussões - essas discussões a que eu me referia -, vinha por exemplo da guarnição de Bajé, suponha

mos, um pronunciamento assinado pelo comandante em toda a oficialidade. Já imaginou isso lido da tribuna?

P.R. - Eu sei, mas no governo Getúlio essa coisa desapareceu, porque eles voltaram a se manifestar.

H.M. - Houve novamente manifestações.

P.R. - Eu me lembro daquele comandante do Rio Grande do Sul muito amigo meu, o Pedro...

H.M. - ...Alvarez. Major Alvarez mais tarde, àquele tempo capitão Alvarez.

P.R. - E depois houve o caso dos oficiais de engenharia.

H.M. - É porque essas ordens militares se diluem com o tempo, não são muito fixas. Mudando o comando, as leis mudam. Essa é a verdade. Aliás, o Figueiredo já disse que não adianta pôr garantias na Constituição, porque quando eles tiverem de intervir, eles intervêm mesmo, não é?

J.D. - Bom, apenas duas lembranças em relação ao Plano Salte: em 15 de novembro de 48, numa cerimônia do Centro, Mário Bittencourt Sampaio estava presente, o que era um fato interessante, porque ele era um integrante do governo, diretor-geral do DASP, e participante da campanha. Ao nível do Executivo, além do Mário Bittencourt Sampaio, havia participação do pessoal do governo Dutra na campanha?

H.M. - A Campanha do Petróleo cindiu Legislativo, Executivo, e eu diria até Judiciário. Porque houve manifestações de numerosos juízes - Osny Duarte Pereira -, e desembargadores - Solidônio lá do Rio Grande do Sul e não sei quantos outros. Então também no Executivo de Dutra houve manifestações a favor do monopólio. Monopólio era algo assim como sinônimo de defesa nacional, sinônimo de patrio-

tismo, sinônimo de posição nacionalista.

J.D. - Certo. E as realizações concretas do Plano Salte, como eram vistas na campanha?

H.M. - Saúde, alimentação e transporte.

J.D. - Sim, mas no tocante à parte relativa ao petróleo, como a campanha a encarava?

H.M. - Quando Dutra foi deixar o governo, chamou o Bittencourt Sampaio e disse com aquela sua vozinha de mato-grossense: "Olhe, dr. Bittencourt Sampaio, agora não se fala mais nisso. Porque eu vou deixar o governo e não quero ouvir mais falar nisso!" [imitando a voz de Dutra] Essa era a seriedade do plano.

J.D. - Mas de qualquer forma o Plano Salte está na origem da construção das refinarias, na compra da frota de petróleo. De certa forma ele foi uma resposta do Dutra...

H.M. - ...Por ação de um partidário do monopólio: Bittencourt Sampaio. Eu diria, parafraseando o general Tácito em seu Petróleo apesar de Mr. Link, "refinaria apesar de Dutra". Você sabe como foi que eles obtiveram as refinarias?

P.R. - O caso já foi contado aqui.

H.M. - Já foi contado. Aquela habilidade do Bittencourt Sampaio...

J.D. - Mas de qualquer forma - esse que é ponto importante - o governo Dutra tinha uma margem de manobra...

H.M. - Isso havia. O governo Dutra era um governo ideologicamente fraco. Dutra não empolgava ninguém. Dutra jamais tentou fazer o que Getúlio fazia sempre: um comício, uma reunião pública, uma grande reunião. Getúlio foi pre-

sidente, foi um caudilho. Dutra não foi nada.

P.R. — No final do governo Dutra,* quando a Petrobrás foi criada, ela já incorporou um acervo que tinha sido criado pelo Mário Bittencourt Sampaio no governo Dutra, exatamente como o José Luciano estava falando.

H.M. — Foi o ponto de partida da Petrobrás.

P.R. — Exato. As duas refinarias — Mataripe e Cubatão —, a frota nacional de petroleiros e o oleoduto São Paulo-Santos.

H.M. — Correto. Então já havia um acervo. Não se partiu do zero, partiu-se de algo que já existia, embora insignificante, em termos de indústria de petróleo.

J.D. — Outro ponto muito importante na influência da campanha sobre o governo Dutra se refere aos temas da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, em outubro de 48, que são a concessão de refinarias a particulares e o problema da localização, no Pará, da refinaria comprada pelo CNP. Um aspecto curioso na questão da localização da refinaria é que o assunto foi objeto de um projeto na Câmara, onde a proposta da campanha foi derrotada, e no dia seguinte o CNP alterou a sua política, no dia seguinte mesmo, e transferiu a refinaria do Pará para Cubatão. Num artigo do Jornal de Debates, o Lobo Carneiro disse que eles eram apenas inconseqüentes. Mas isso não é possível. Uma decisão tomada ao nível do Conselho não pode ser apenas inconseqüente.

*Engano do entrevistador, que quer se referir ao final do governo de Getúlio.

H.M. — Foi apenas a superação de um disparate. Colocar uma refinaria no Pará, vamos e venhamos! Embora o meu grande amigo paraense, Pedro Pomar defendesse essa localização. Ele era paraense.

P.R. — Miranda, então Vargas é eleito, e em dezembro de 51 chegam ao Congresso a mensagem e a proposta da empresa mista. Como o Centro passou a se articular? Porque nesse momento o Centro já tem uma nova perspectiva, já tem um fato concreto diante de si, não é?

H.M. — Correto.

P.R. — Não era a mesma situação do Estatuto, já era uma outra idéia.

H.M. — Não era o Estatuto entreguista, já era um passo a frente. O governo tratava de constituir uma empresa mas não a empresa do petróleo. Ao lado dela poderiam constituir-se quaisquer outras empresas, nacionais ou estrangeiras, Plínio. Nada obstaria isso. Por isso é que caracterizamos o projeto de Vargas também como entreguista. E mais: o autor da análise do projeto foi o Lobo Carneiro, que tinha sido, como eu já disse aqui, o autor da análise do Estatuto entreguista do Dutra. Então combatemos a mensagem de Vargas, pleiteando como sempre e invariavelmente não uma empresa do Estado, e ainda por cima com a participação do capital estrangeiro privado, mas a empresa estatal e única! "Tudo de petróleo para a Petrobrás", era a nossa palavra de ordem, que até hoje não foi realizada. Temos ainda a distribuição para ser integrada à Petrobrás.

J.D. — Eu gostaria que o senhor voltasse um pouco antes e fizesse um relato sobre o episódio muito importante que foi o rompimento com Matos Pimenta no início de 49, e que

significou inclusive a perda do jornal para a divulgação. Porque há vários relatos, vários artigos, inclusive o do Domingos Velasco, "A dupla do barulho", sobre Matos Pimenta.

H.M. — Você conhece, não?

J.D. — Conheço, já li, é muito interessante. E o argumento principal do Matos Pimenta é que o senhor concentrava demais o trabalho. Dê a sua versão sobre todo esse episódio, que além do mais é divertido.

H.M. — Matos Pimenta era um temperamental. Alguns diziam de uma maneira mais forte o que eu estou dizendo, assim, diplomaticamente, um temperamental: era um instável. Brilhante, grande talento, grande jornalista na seguinte área: um artigo semanal. Se pedisse a ele tarimba de jornal, ele seria zero. Jamais escreveria um artigo por dia. Jamais. Agora, o artigo semanal, o Matos Pimenta fazia primorosamente. Diga-se de passagem, ele discutia conosco a semana inteira o tal artigo, que saía no fim uma obra-prima. Um grande colaborador dele era o Nilo da Silveira Werneck, que discutia com ele ponto por ponto dos famosos artigos.

Mas o Matos Pimenta tomou a seguinte posição: a Campanha do Petróleo deve ter apenas um conteúdo de propaganda, e não de agitação popular. Nós deveremos fazer conferências técnicas, devemos chamar especialistas, fazer conferências, e não comícios. A razão se explica: Matos Pimenta era mau conferencista e péssimo orador de comício; não conseguia articular três frases num comício. Então ele não poderia desejar a sua realização, porque era extremamente vaidoso, extremamente concentrador, isto sim, e via em mim o defeito dele.

Bem, conversamos com os generais sobre o rumo da campanha. Se adotássemos a tese do Matos Pimenta de passar a realizar exclusivamente conferências com técnicos e especialistas em matéria de petróleo, a campanha, a nosso ver, morreria, porque não atingiria a massa, e por conseguinte não atingiria os parlamentares que iam decidir sobre o Estatuto do Petróleo. Levamos aos generais esse problema e opusemos à tese do Matos Pimenta a nossa tese de que todas as formas de propaganda são boas e úteis, desde que oportunas, desde que numa seqüência correta. Não podemos começar pelo fim, pela passeata. Temos que começar por uma pequena mesa-redonda, um debate, depois uma conferência, um comício, para depois chegarmos ao comício em praça pública. Os generais apoiaram a minha, dizendo melhor, a nossa tese. A tese que era minha, de Lobo Carneiro, de Gentil Noronha, de Maria Augusta, de Nilo Werneck, de José Mascarenhas Sampaio, de todos aqueles que coordenavam o Centro de Petróleo.

Derrotado em reunião, Matos Pimenta ficou inconformado. No sábado seguinte saía um artigo de página inteira, e pela primeira vez a primeira página, e a figura ali - pobre de mim! - era eu. E ele dizia disparates do seguinte teor: que eu o havia procurado em companhia de um dirigente do Partido Comunista, antes da fundação do Centro, para convidá-lo a organizar o Centro do Petróleo. Já narrei aqui como o Centro do Petróleo nasceu, de uma reunião da Liga Antifascista na ABI, depois de uma reunião de organização na própria ABI, afinal teve sua instalação no Automóvel Club. E ele só compareceu na reunião, convidado por nós. Não houve nenhuma visita a Matos Pimenta para articular em nome do Partido Comunista a fundação de

nenhuma entidade, muito menos do Centro do Petróleo. Ele falseou a verdade.

Constituiu-se então uma comissão integrada por Alice Tibiriçá, Artur Carnaúba e Nilo da Silveira Werneck para interpelar Matos Pimenta. Eles fizeram um dossiê, elaboraram um laudo e entregaram a Matos Pimenta para que ele se pronunciasse em defesa do seu ponto de vista, em defesa daquilo de que nós o acusávamos: de ser um divisionista da campanha, procurando lançar o secretário-geral às urtigas, jogar o secretário-geral na posição de um comunista que estava explorando o Centro, como ele dizia: "Baixa exploração comunista do petróleo" - era a frase dele no tal artigo. Pois bem: promoveu-se uma reunião, à qual eu já me referi, uma assembléia na UNE, e este é um fato que demonstra a força da Campanha do Petróleo. Nós podíamos expulsar um jornalista do nível de Matos Pimenta e dono de um jornal, e marchar para a fundação de um jornal dirigido por nós. E assim o fizemos. A comissão, repito, integrada por Nuta Bartlett James, da UDN, por Nilo da Silveira Werneck e Artur Carnaúba, general, opinou pela expulsão de Matos Pimenta e também de Rafael Correia de Oliveira, por outros motivos. E assim ocorreu.

J.D. - Certo. Outro fato desse período é a ampliação do Centro para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da...

H.M. - Podemos fazer um breve intervalo?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. - Miranda, a chegada no Congresso da mensagem do projeto de Vargas coincidiu realmente com o ingresso do país

num processo crítico alucinante. Porque nessa mesma época os partidários de Juarez sustentavam que era necessário dividir a exploração do petróleo com empresas estrangeiras, alegando o perigo de um terceiro conflito mundial que estava sendo gerado pela Guerra da Coréia. A Guerra da Coréia realmente teve uma importância muito grande no aceleramento da guerra fria, todos nós sabemos disso. Em segundo lugar, acentuou-se na imprensa brasileira, e também em algumas áreas mais conservadoras do Congresso, uma campanha pela demissão do general Estillac do Ministério da Guerra. Houve os processos nas três forças contra os militares que participavam da Campanha do Petróleo...

H.M. — ...Em 52.

P.R. — ...em 52, como foi o caso do Fortunato e do Dantas, que foram afetados na Aeronáutica, do Leandro, do Humberto Freire, do Joaquim Inácio e de vários outros, no Exército, e na Aeronáutica também. Então chegou a mensagem e os debates se iniciaram com o Centro contestando seu teor. Como é que o Centro do Petróleo conseguiu enfrentar todo esse processo de situações difíceis, de situações antagônicas, de situações opostas, para provocar a alteração da mensagem na Câmara? Não sei se fui muito claro.

H.M. — MUITÍSSIMO claro! Realmente era algo muito difícil. Foi um momento gravíssimo da Campanha do Petróleo. Porque era remetida à Câmara uma mensagem por um homem de inegável prestígio: Getúlio acabava de ser reconduzido ao poder por uma votação popular. E aquilo era como que uma solução oposta ao Estatuto entreguista de Dutra. O Estatuto está vencido, é matéria já superada. Então agora vem a solução, a solução de Vargas, aparentemente brilhante.

Realmente ninguém poderia ser contra aquela empresa de imediato. Mas não era a solução, era uma solução. Eu lembraria o seguinte: na análise da mensagem nós gastamos muito tempo, e houve inclusive contatos com os dois verdadeiros autores da mensagem. Você sabe quais são: Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida. Foram eles os criadores da fórmula Vargas. Essa fórmula Vargas, enviada à Câmara, provocou imediatamente uma manobra de aceitação. E os jornais foram muito bem manobrados pelos seus anunciantes. Não é dizer que tenha sido uma coisa assim remota, pelo traste, o traste que está lá não sei onde, em Washington, em Londres ou em Paris. Não foi aqui, diretamente pelas empresas que eram anunciantes nos jornais. E eles passaram a apresentar sob uma luz favorável a mensagem de Vargas em relação ao Estatuto entreguista, era esse o argumento, afirmando que tinha sido um avanço etc. e tal etc. e tal.

Bem, a análise foi feita fundamentalmente, como eu disse, pelo Lobo Carneiro, e concluiu-se que aquilo era contra o monopólio estatal do petróleo. E era evidentemente contra o monopólio estatal do petróleo. Ninguém poderia apresentar a mensagem de Vargas como uma mensagem dentro da tese Horta Barbosa. Tanto que ela foi profundamente alterada com o substitutivo Eusébio Rocha, que só foi aprovado baseado num acordo com Getúlio feito no gabinete do Gustavo Capanema, na presença dos líderes, com concessões de lado a lado. O Eusébio já deve ter narrado aqui como isto ocorreu, não contou?

P.R. — Não. Esses detalhes, não.

H.M. — Então eu chegarei lá. Em primeiro lugar, eu queria

lembrar a você que Jesus Soares Pereira foi um nacionalista e Rômulo Almeida também. A ambos temos de render homenagem. A Jesus devemos principalmente a Eletrobrás; foi ele o formulador. Mas na questão da mensagem do petróleo, ambos estavam profundamente errados. Rômulo já esteve aqui depondo. Não sei se ele reconheceu...

[FINAL DA FITA 2-A]

P.R. — Especificamente sobre esse problema, não. Mas ele tem uma entrevista gravada.

H.M. — Então perguntem a ele o seguinte: eu estou informado que, num comício perante o povo, em campanha eleitoral em Salvador, ele reconheceu que a mensagem Vargas não era uma mensagem realmente nacionalista e positiva. Ela estava eivada de erros, erros que foram corrigidos pelo substitutivo aprovado com a emenda do Bilac Pinto. Isso o Rômulo Almeida... Mas o meu querido amigo Jesus Soares Pereira morreu defendendo a mensagem de Vargas, rejeitando a fórmula que Getúlio tinha aceito. Getúlio entrou em acordo conosco - pode-se dizer conosco, porque eu participei no dia a dia de todos esses dados, e o melhor depoente é o Eusébio Rocha. Há coisas assim: Eusébio diz sempre que o Getúlio recomendava a ele: "Olhe, quanto mais nacionalista o substitutivo, melhor." Essa é uma tecla que o Eusébio repete sempre. Mas ao mesmo tempo ele narra também que a Ivete Vargas chegou para ele e disse: "Não estou entendendo, Eusébio. Porque você apresenta este substituto, e o titio" - Getúlio Vargas - "me diz seguidamente que eu devo votar é na mensagem dele. Como eu fico?" Coisas de Getúlio. Na realidade, Getúlio manobrava

mais uma vez. Ele acabou aceitando aquilo que a luta de massa, que a luta popular impunha, que era o monopólio estatal, que era a tese Horta Barbosa. Infelizmente o Jesus Soares Pereira considerava a tese oposta à mensagem Vargas como um erro dos comunistas. Mais uma vez ele revivia a exploração comunista para dizer que o Centro do Petróleo era divisionista, que nós estávamos perturbando. Pois bem: se o Getúlio queria que o substitutivo fosse maximamente nacionalista, aceitando as posições de Eusébio, baseadas nas teses do Centro do Petróleo, na análise do Centro do Petróleo - porque o substitutivo de Eusébio foi um reflexo das discussões internas do Centro e com os generais...

P.R. - Ele apresentou o substitutivo de acordo com o Centro?

H.M. - De acordo com o Centro.

P.R. - Essa informação...

H.M. - Vocês vão ter nos textos o nosso apoio ao substitutivo de Eusébio.

P.R. - Quanto a isso não há dúvida.

J.D. - Mas na elaboração concreta?

H.M. - Na elaboração, ele era vice-presidente do Centro do Petróleo. E se tivesse aprovado qualquer tese em discordância com o Centro, haveria a manifestação do Centro. Nós não perdoávamos. Nós éramos não intolerantes, mas éramos intransigentes. Em defesa da tese Horta Barbosa, não cedíamos uma polegada. Ninguém se opôs ao substitutivo Eusébio Rocha. No Congresso o substitutivo dele foi aprovado como uma das teses a serem levadas à votação para adoção da tese do monopólio estatal do petróleo.

J.D. — O senhor mencionou um fato muito importante que foi a volta de Getúlio ao poder. Qual foi a posição do Centro com relação às eleições de 1950? Qual a posição frente aos candidatos, frente à própria campanha, frente ao discurso nacionalista empregado por Getúlio?

H.M. — Posição oficial, não houve porque nós não podíamos ter uma posição político-partidária. Então nós não nos manifestamos nem a favor da eleição de Getúlio, nem contra a eleição de Getúlio. Mas nós tínhamos sabido da ida a São Borja de um jornalista da Revista do Globo - hoje toda a Editora Globo pertence ao sr. Roberto Marinho -, antes da eleição, para perguntar a Getúlio, qual era a opinião dele sobre a questão do petróleo. Você sabe qual foi a resposta do Getúlio? "Sou favorável ao monopólio estatal do petróleo." Isso foi transcrito num panfleto que nós distribuímos pelo Brasil inteiro. Então aproveitamos também a posição de Getúlio, esquecendo que ele tinha sido um ditador, que tinha prendido a quase todos nós. Não importava isso. Era uma força política, uma força eleitoral. Presumivelmente seria eleito, como foi. Pois bem: nós divulgamos por todo o país a tese dada por Getúlio em São Borja a um jornalista da Revista do Globo favorável ao monopólio estatal do petróleo. Então, quando ele mandou a mensagem, nós mostramos a contradição: Getúlio favorável ao monopólio estatal antes de eleito era o Getúlio que mandava a mensagem instituindo uma empresa não-monopolista.

J.D. — Outra coisa que eu acho importante é o fato de o Centro ter eleito deputados, ter entrado na própria Câmara. Como foi decidida e articulada a eleição de integrantes do Centro para a Câmara de Vereadores, como no seu caso, e dos deputados para a Câmara Federal?

H.M. — Lobo Carneiro para a Câmara Federal.

J.D. — Como foi isso?

H.M. — Oficialmente o Centro não se manifestava. Mas eu lhe disse já no início que o jornal Emancipação não era órgão oficial do Centro, aí está a chave. Emancipação passou a fazer divulgação dos candidatos do monopólio estatal do petróleo, houve edições maciças de propaganda das candidaturas Lobo Carneiro e Henrique Miranda. Ele foi o instrumento que nós tivemos na divulgação, além de um panfleto escrito pelo Gentil Noronha "Quem é Miranda", qualquer coisa por aí. Eu fui candidato realmente da Campanha do Petróleo.

J.D. — Por qual partido?

H.M. — Partido Republicano Trabalhista, cuja sede eu não sabia nem onde se encontrava. Foi apenas uma sigla que a esquerda obteve para apresentar seus candidatos, entre eles Leitão de Carvalho.

P.R. — Nesse caso, nas eleições de 1950, há uma caracterização de posições muito perfeita e muito clara, eu acho. Por exemplo: o Getúlio defendeu na campanha eleitoral o monopólio estatal do petróleo.

H.M. — Não. Ele tomou posição, mas não foi bandeira dele, não chegou a ser uma bandeira.

P.R. — Mas parece que nos comícios da Bahia ele falou muito claro.

H.M. — Falou, mas sem ênfase maior. Não era um candidato da Campanha do Petróleo.

P.R. — Certo. O Eduardo Gomes era visivelmente contra.

H.M. — É. O Eduardo era lastimável. É meu amigo pessoal,

diga-se de passagem.

P.R. — E o Cristiano Machado não tinha posição nenhuma.

H.M. — Não. Foi sempre Cristiano.

P.R. — Então você concorda... O Eusébio achou que, de certa forma, sim e tal, mas eu queria a sua opinião. Você acha, por exemplo, que nas eleições presidenciais de 1950 a questão do petróleo também ajudou a favorecer os votos que Getúlio teve?

H.M. — Olhe, é muito difícil afirmar isso categoricamente a posteriori, depois de passados tantos anos. Mas aquela posição que nós divulgamos, a que eu me referi há pouco, Getúlio apoiando a tese do monopólio estatal, nós a divulgamos de fato, porque quando mandávamos uma publicação, ela atingia, como já expliquei aqui em detalhes, o país todo. Creio que dentro da campanha eleitoral de Getúlio isso deve ter influído.

P.R. — Certo. Agora, Miranda, a mensagem chegou à Câmara em dezembro de 1951. Em 25 de janeiro de 52 o Eusébio apresentou o substitutivo dele, que logo em seguida foi aprovado por unanimidade na Comissão de Segurança Nacional com parecer do general Lima Figueiredo.

H.M. — Correto.

P.R. — Em junho o Bilac Pinto apresentou o substitutivo de le, a emenda dele em nome da UDN, que era da UDN. Muito bem. O Centro de Defesa do Petróleo, na III Convenção, apoiou a emenda Bilac Pinto. Eu queria perguntar a você o seguinte: existia algum conflito, algum antagonismo entre o substitutivo de Eusébio e a emenda Bilac Pinto?

H.M. — Não. Eram complementares. Eu lhe detalho até a

maneira pela qual o Bilac Pinto veio a apresentar a emenda dele. Ainda a partir do Centro de Petróleo. Isso ficaria nitidamente representado pelo seguinte fato: eu fui a Belo Horizonte com o Roberto Costa, de quem você talvez se lembre, o editor etc. e tal, encontrar-me no hotel Roma - se não me engano ainda existe por lá na rua principal de Belo Horizonte - com o Bilac Pinto em nome do Centro para debater, discutir a apresentação da emenda de sua autoria e o posterior apoio do Centro a essa emenda. Você pode ver que a nossa articulação era geral. O Centro estava praticamente em todas as posições, em todas as áreas.

P.R. - Agora, a UDN, no programa dela, era taxativamente a favor do capital estrangeiro em todas as áreas da economia nacional. Ela não tinha, nem por vocação, nem por formação, nem, vamos dizer assim, por coerência, seja lá o que for, nenhum compromisso com a tese do monopólio estatal.

H.M. - Programaticamente, não. Mas tinha politicamente.

P.R. - Depois ela resolveu tomar aquela posição. Aquela posição não foi uma forma de colocar a faca no peito do Getúlio?

H.M. - Foi uma forma, mas ao lado disso foi também a compreensão do que era o vulto e do que era o nível da Campanha do Petróleo. Até a UDN, até a reacionária UDN pôde compreender isso. Em todas as partes os parlamentares eram interpelados. Você se lembra, você viveu a Campanha do Petróleo! Era uma obsessão nacional, Plínio! Não é verdade isso?

P.R. - É verdade, sim.

H.M. - De manhã à noite eu ouvia a seguinte pergunta: "E o petróleo, Miranda? E o petróleo, Miranda?" De manhã à

noite. Meu telefone funcionava, o Brasil inteiro ligava para cá. As ligações eram baratas àquele tempo. [risos] Muito bem. Havia eixo Rio-São Paulo, Rio-Porto Alegre, Rio-Salvador, Rio-Recife funcionando permanentemente para o desenvolvimento da Campanha do Petróleo. Nós tínhamos nomes assim: em Pernambuco, quem era o presidente da Campanha do Petróleo? Miguel Arrais, secretário de Finanças do Barbosa Lima Sobrinho. E por aí vai. Os grandes nomes que viriam mais tarde, ou que já estavam na política, se incorporaram à Campanha do Petróleo. Então eu acho que a posição da UDN derivou de duas coisas: da sensibilidade política, compreendendo que a campanha se impunha, e realmente da intenção de atingir Getúlio, o que era fácil.

P.R. - Miranda, então o projeto, com as emendas aprovadas na Câmara, foi remetido para o Senado. E no Senado a gente observa que a posição foi inteiramente diferente, apesar das posições de Alberto Pasqualini, Kerginaldo Cavalcanti, Landulfo Alves...

H.M. - ...Atílio Vivacqua.

P.R. - ...Atílio Vivacqua, sim, claro, não há dúvida. O fato é que essas emendas da Câmara não passaram, e o Senado apresentou uma série de emendas que desfiguraram o monopólio.

H.M. - Sobretudo a Emenda 32.

P.R. - Sobretudo a 32, que é de autoria do Ismar de Góis. Bem, aí as emendas voltaram à Câmara para serem apreciadas. Eu recorro até que foi organizada uma comissão de 26 parlamentares, da qual o Eusébio fazia parte, e o relator era o Lúcio Bittencourt, que impugnou todas as emendas do Senado.

H.M. — Exato. Grande relator. E do PTB! Veja o caráter multipartidário!

P.R. — Exato. Perfeito. E na Comissão de Constituição e Justiça o Balbino dava pareceres contrários a todas aquelas emendas que tinham vindo do Senado. Foi então que houve - o que é uma coisa muito importante em toda essa campanha - o tal acordo no gabinete do Capanema, em que o Getúlio fez as suas propostas e o Centro as suas contra-propostas, não foi?

H.M. — Você quer que eu detalhe este encontro?

P.R. — Isto. Detalhe este encontro.

H.M. — Então vamos a ele. A campanha tinha tomado um tal vulto... Eu insisto nessa opinião: foi o vulto da campanha que determinou o resultado. Até Getúlio reconheceu que não podia insistir nos termos da sua mensagem.

P.R. — É verdade que ele disse "Eu reconheço que vocês venceram"?

H.M. — Exato. Disse isto e acrescentou - então vieram os termos do acordo: "Eu reivindico" - ele, Getúlio, reivindicava - "primeiro: manutenção do nome Petrobrás." Ninguém podia ser contra, seria uma bobagem; nós tínhamos dito que a mensagem da Petrobrás era entreguista, e conservaram o rancor contra a palavra Petrobrás, muito feliz, felicíssima essa palavra. Então mantivemos esta aceitação." Segundo ponto: manter as refinarias particulares." Só que mais tarde elas foram adquiridas, não todas, pela Petrobrás. Falta ainda completar o monopólio estatal, infelizmente. "E ainda o problema da distribuição por atacado, distribuição em grosso." Ele também exigia que a distribuição, pela Shell, pela Esso, pela Texaco continuasse, fosse

mantida. Também aceitamos, e reconhecemos em documento, com pleno realismo, que estávamos sendo derrotados naqueles pontos, mas que estávamos sendo vitoriosos no monopólio estatal para os outros setores, as outras áreas: pesquisa, lavra, refino, transporte. O mais, viria depois. Então foi realmente a votação resultante de um acordo com aquela mão fria, impressionante, de Gustavo Capanema - ele não segurava as mãos das pessoas, ele entregava. Você alguma vez cumprimentou Capanema? Meu Deus do céu! Você se lembra desse detalhe?

P.R. - Eu me lembro.

H.M. - A mão fria, esticada. Nesse momento eu também estava participando dessas reuniões. Não tanto no âmago, como Lobo Carneiro, por exemplo, que era o nosso presidente do Departamento de Estudos e o nosso deputado federal. Mas eu estava nas tribunas, estava nos corredores etc. e tal.

X E a grande figura era o Artur Bernardes! Foi ele a palavra final para a concordância, que nós apresentamos como um êxito parcial e provisório.

P.R. - Perfeito. Então participaram dessa reunião o Bernardes, o Eusébio...

H.M. - ...Bernardes, Capanema, Eusébio e Lobo Carneiro. Desses eu me lembro. Alguns outros também: Lúcio Bittencourt e Bilac Pinto deviam estar.

J.D. - Esse acordo foi uma coisa que surgiu de repente ou havia a previsão...?

H.M. - Não. O acordo estava sendo elaborado. Porque o próprio Eusébio, por exemplo, tinha estado em palácio, Eusébio tinha ido a Petrópolis, Eusébio foi um batalhador. Ele tentou tirar do "titio" - desculpe a irreverência - o

máximo! Acabou conseguindo algumas frases do Getúlio, como por exemplo: "Torne o seu substitutivo mais nacionalista!" Mas não dizia como. Afinal ele disse como, e o como foi o acordo que se aprovou.

J.D. — Outra figura muito contraditória nesse processo todo foi a de Juscelino Kubitschek, que fechou o centro estadual e proibiu conferências. Como o senhor vê esses acontecimentos?

H.M. — O contrerrâneo do Plínio, não é? Juscelino é outro falso democrata. Eu me dava muito bem com ele. Inclusive numa ocasião, a primeira vez que nos encontramos depois de 64, eu disse: "Olhe, nós fomos companheiros." "Ah, o senhor é mineiro?" "Não, não sou mineiro, dr. Juscelino, eu sou cariocã." "Ah, o senhor é médico?" "Não sou médico, dr. Juscelino, eu sou cassado." Ele deu uma gargalhada enorme! "Ah! Confraternizemos!" Tenho essa simpatia humana pelo Juscelino. Mas o tal nacionalismo dele é necessariamente entre aspas. A tal da indústria automobilística é um logro. Então Juscelino Kubitschek foi um homem que fez o seguinte: número um fechou a Liga de Emancipação Nacional em junho de 56.

J.D. — Sim, mas no caso anterior, do centro estadual, qual foi a conjuntura?

H.M. — Bom, no centro estadual... Vamos passar deste fato para o anterior. Ele fechou a Federação de Mulheres do Brasil e fechou uma federação de portuários, em decretos do mesmo dia. Estes são fatos que caracterizam quem era Juscelino. Agora, no governo estadual, Juscelino era um homem contraditório: ao mesmo tempo em que ele cortejava um Bernardes, ele fechava o Centro Mineiro de Defesa do

Petróleo, ele perseguia Emancipação.

J.D. — Mas qual era o argumento? Anticomunismo, perigo de agitação subversiva?

H.M. — Ele atendia à reação mineira. Ele atendia aos cascos da política mineira.

P.R. — Mas conversava com o Roberto Costa no Palácio da Liberdade.

H.M. — E ia à boate com o Roberto Costa. Eu tenho fotografia de Juscelino com Roberto Costa numa boate àquele tempo. Esse era o Juscelino.

P.R. — Miranda, eu queria voltar um pouquinho atrás ainda, dentro daquele processo crítico a que me referi no início do governo Vargas, ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que foi um momento que eu vivi também com muita intensidade.

H.M. — A comissão nacional contra o acordo militar com o general Edgar Buxbaum.

P.R. — Perfeito. O acordo militar acatado por Getúlio teria sido uma contrapartida no sentido de justificar a aceitação, por parte dele, do monopólio estatal do petróleo. Houve um jogo aí, houve uma...?

H.M. — Por mais antigetulista que eu seja, não lhe posso afirmar isso categoricamente. Mas em todo o aspecto de que era mais uma manobra de Getúlio. Porque a pressão americana era uma pressão dessas que chamamos irresistíveis. O americano pôs todo o peso para obter o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em que o Brasil dava tudo e eles davam ferro-velho. A gente sabe que Getúlio cedeu a isso.

P.R. — A gente sabe que nunca houve, creio que nunca houve

na história do Brasil um período tão forte de pressão como esse período de guerra fria, no início do governo Vargas.

H.M. — Eu sei porque eu estava na Câmara. Câmara menor, Câmara mirim, como vereador, mas vivia o dia a dia das pessoas que nos procuravam por serem perseguidas, demitidas, presas...

P.R. — Agora, num processo de desencadeamento da terceira guerra, ou de agravamento... Não digo isso, mas no caso de um agravamento do conflito da Coréia, o acordo militar não teria, por exemplo, um expediente, um objetivo não-claro de, diante de um fato internacional relevante, anular o monopólio estatal do petróleo com base...?

H.M. — Seria evidentemente uma arma para isso pelo seguinte: a posição dos que apoiaram o acordo militar era a posição de um Cordeiro de Farias, e hoje está em moda citar-se, de um Golberi. Era a tese do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos. No caso de uma guerra, tudo que houvesse aqui de expressão nacional seria imediatamente subordinado ao americano. Tudo seria americanizado ou, como dizia o Estillac, "americanalhado" - era a expressão do velho Estillac. Você tem razão nessa tese: era o instrumento definitivo para a subordinação do país à América do Norte. Por quê? Havia o problema da concepção militar do Departamento de Estado norte-americano. O Brasil tinha a sua responsabilidade no Atlântico Sul; então era um item, era um fator do sistema defensivo norte-americano, que correspondia à área do Atlântico Sul. O acordo militar nada mais foi do que a expressão dessa doutrina de guerra.

J.D. — Certo. O acirramento da guerra fria teve um papel muito importante também na definição e na separação final de correntes bem-definidas no meio militar. Como o Plínio já ressaltou aqui, vários militares conservadores e militares nacionalistas tinham-se agrupado em torno do Centro; é presumível, portanto, que o acirramento da guerra fria, com toda a pressão norte-americana, tenha tido um efeito sobre esses militares. As correntes nacionalistas se dividiram dentro do Centro?

H.M. — Bem, a Campanha do Petróleo teve o seu auge com a aprovação da lei da Petrobrás: 3 de outubro de 53. Depois houve na realidade um descenso, e em 54 fundávamos a Liga de Emancipação Nacional, contra a opinião de algumas pessoas. Eu, por exemplo, continuei membro do Centro e seu secretário-geral, o general Felícissimo, presidente do Centro do Petróleo; a Maria Augusta, intransigentemente na propaganda do Centro do Petróleo e colaborando também na Liga de Emancipação. A Liga não obteve o mesmo apoio militar que o Centro, porque a Liga tratava de todos os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil. A Liga era de emancipação nacional, era contra o latifúndio e contra o imperialismo. O manifesto inicial teve o apoio de alguns generais, mas não de todos aqueles generais do petróleo. Eles já estavam em posições mais discretas. Então não havia mais a incorporação dos "generais do petróleo". E quem continuava a Campanha do Petróleo era a Liga de Emancipação Nacional, que viria a promover em junho - julho* de 56 o I Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, que

* O mês de realização do congresso foi junho.

se realizou na ABI, tendo a participação do almirante Álvaro Alberto, de Dagoberto Sales, Seixas Dória etc. etc. Pois bem: desse I Congresso Nacional de Defesa dos Minérios decorreu a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear. E o Juscelino de sempre criou a comissão, fechou o Centro e mandou processar seus diretores. Abriu, sobretudo, processo policial-militar contra o general Edgar Buxbaum. Isto é Brasil.

P.R. — Então você concorda que a guerra fria já estava estabelecida no Brasil?

H.M. — Efetivamente. Eu vou lhe citar dois fatos como exemplo: Elisa Branco, abriu uma faixa no viaduto do Chá, em São Paulo: "Os pracinhas, nossos filhos, não irão para a Coréia." [voz embargada] — isto me emociona até hoje. Prisão e sentença condenando, cumprimento da pena e uma campanha nacional pela libertação de Elisa Branco. No Clube Militar, os patriotas foram imprudentes e publicaram... Hoje eu posso dizer tranqüilamente: foi uma imprudência. Àquela época eu concordei e fui ler da tribuna o artigo publicado na Revista do Clube Militar.

P.R. — "Considerações sobre a Guerra da Coréia."

H.M. — Foi uma imprudência sem conta. Porque eles se entregaram à reação! Era a guerra fria sendo enfrentada por um pugilo limpo de militares do Clube Militar, em geral da reserva. Foram decapitados. Aí é que houve realmente no Clube Militar a virada para a corrente antidemocrática...

P.R. — ...Do Etchegoyen...

H.M. — ...e antinacionalista. Então mais tarde não adiantou lançar candidatos como Peri Bevilacqua, ou agora como o Andrada Serpa etc. e tal, porque eles estão lá forti-

ficados. A virada no Clube Militar será o resultado da mudança geral da política brasileira. Setorialmente não creio numa vitória no Clube Militar.

P.R. — Agora, a derrota do Estillac para o Etchegoyen em 1952 foi antes da aprovação da lei da Petrobrás. Essa derrota de certa forma não prejudicou a campanha do Centro?

H.M. — Prejudicou. Prejudicou e houve inclusive reflexos nos quartéis onde nós tínhamos distribuição de Emancipação. Tanto que eles puderam prender os leitores de Emancipação. Quem eram os oficiais da Aeronáutica e do Exército que foram presos em 52, cujos nomes estão na memória de todos nós? Eram distribuidores propagandistas de Emancipação. Então nos IPMs constaram perguntas cretinas como esta: "O senhor apóia a Campanha do Petróleo?" E se o oficial respondesse que apoiava, era uma incriminação. Vejam o auge. Hoje é um título de honra o oficial dizer: "Eu participei da Campanha do Petróleo." Um Tácito escreve um livro sobre isto, e por aí vamos, não é fato? Agora, àquela época era um item para o processo policial-militar.

J.D. — E o ponto disciplinar era o quê? Violação da hierarquia, comunismo....?

H.M. — Eram os pretextos, porque os jornais da reação eram distribuídos.

J.D. — Certo. Mas qual era o pretexto?

H.M. — O pretexto era esse: quebra da disciplina, desrespeito à hierarquia e sobretudo divulgação de "doutrinas exóticas" — essa expressão veio do Estado Novo. Depois da derrota de 35, cunhou-se essa expressão "doutrinas exóticas". É o "comunismo tribário peculiar aos povos da Ásia

Central". Isso é de um discurso de Getúlio.

P.R. — Eu verifico, então, que esse processo crítico se desenvolveu em duas etapas bastante distintas: inicialmente a Campanha do Petróleo em si. E contra a Campanha do Petróleo era difícil um pronunciamento muito vigoroso. A gente nota, por exemplo, aqui neste convênio, que aqueles que foram contra não querem depor. Então não havia, assim, a campanha contrária, e principalmente na área militar eu acredito que ela era mais dissimulada. Mas quando o Clube se envolveu no processo da guerra fria, que eles começaram a argumentar que ali havia o intuito de rompimento da aliança automática com os Estados Unidos é que a coisa...

H.M. — Aí, como eu dizia, eles foram decapitados. Foram liquidados no Clube Militar. Foram mandados para lugares longínquos. O Tácito era major, se não me engano, a esse tempo e foi para o Maranhão. Outros foram para Mato Grosso, Goiás e não sei aonde mais. Eles dispersaram. Foi a diáspora dos oficiais nacionalistas. Esta é a verdade.

P.R. — Você considera, então, que se o Clube se mantivesse unicamente dentro da campanha da tese Horta Barbosa, talvez Estillac não teria sido derrotado em maio de 52?

H.M. — Pelo menos isso dificultaria a derrota de Estillac. Porque é o problema de você não se expor ao inimigo, não oferecer um alvo muito amplo. Você tem que limitar o alvo, não é exato? E ampliar aquilo que você vai atingir.

P.R. — Certo. Porque eu recorro que foi o artigo do Humberto que gerou a convocação de uma assembléia, não foi isso?

H.M. — Foi. Você está bem a par. O artigo dele que eu

li da tribuna da Câmara dando pleno apoio. Nós estávamos num entusiasmo louco! Eu me emocionava com Elisa Branco, e até hoje, [voz embargada] agora, aqui, fiquei tossindo! Imagine!

P.R. — É o famoso número 107 da Revista.

H.M. — Exato, 107. O Plínio é um memorialista.

J.D. — Outro ponto importante é que, no governo Dutra, houve a dissolução ou a perda da maioria parlamentar no caso concreto do Estatuto. Como esse processo se deu no caso de Vargas, ou seja, como a campanha conseguiu lentamente cooptar deputados?

H.M. — Uma mancha de óleo. Jogue óleo na água para ver o que acontece: a mancha vai se estendendo, depois acaba evidentemente cobrindo toda a superfície. Perde a espessura, não há dúvida, mas desde que cubra a superfície... Era o que se desejava. E essa cobertura ocorreu. Dentro da Câmara, no dia a dia, nós íamos conquistando votos. Com todas as manobras possíveis e imagináveis, às vezes, Manobras honestas, dignas, mas de envolvimento; envolvimento de visitar o relator em sua casa, em seu escritório, de ir ao seu gabinete na Câmara. Então casa, escritório e gabinete eram visitados por nós. Nós estávamos lá dentro, vigiando o processo de opinião dos parlamentares.

[FINAL DA FITA 2-B]

H.M. — E realmente esse movimento foi envolvente e conseguiu êxito.

J.D. — Certo, mas vários estudos sobre o período e sobre sua dinâmica colocam essa questão no plano dos aconteci-

mentos políticos gerais. E um desses pontos é o abandono, pelo PSD, do apoio ao governo Vargas, à medida que se radicaliza. O senhor imputaria a perda do apoio parlamentar de Vargas também a esse processo geral, ou seja, da perda do apoio do PSD por parte de Vargas?

H.M. — Também. Creio que sim. O governo de Getúlio foi um governo que se foi afunilando. Ele começou amplo, foi-se reduzindo e acabou no suicídio. Acabou de tal forma que, vê-se, uma força minoritária como a UDN teve ganho de causa contra o prestígio inegável de um caudilho. Um caudilho que não teve condições, por falta de apoio militar, político-partidário e parlamentar, de se sobrepor à onda de calúnias - eu reconheço -, de infâmias que lançaram contra a figura dele - Getúlio. Getúlio nunca roubou!. Getúlio deixava roubar, às vezes. Ele era muito manhoso, muito manhoso... Então conhecem-se episódios e mais episódios, há um anedotário vastíssimo em relação a essas coisas de corrupção. Mas ele, não! Embora fosse apontado como chefe da gangue. E o Lacerda não tinha papas na língua, dizia até as últimas, e ofendia, injuriava e caluniava. Então foi o processo de afunilamento do poder político de Vargas que veio do auge de 1930 ao encerramento num leito de morte.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.D. — Outro tema muito importante para a definição concreta da campanha diz respeito ao recrutamento social da campanha, à população envolvida na campanha. O John Wirth, nesse livro em que ele colhe inclusive o seu depoimento, argumenta que a campanha era tipicamente de classes médi-

as, já que a estrutura sindical dominada pelo PTB, que tinha uma posição ambígua em relação à campanha, impediu uma participação pelos sindicatos dominados pelo PTN.

H.M. - Ele tem razão no particular do apoio sindical. Os sindicatos no Brasil sempre foram débeis e continuam débeis. A classe operária está aí dividida em três centrais - lamentavelmente isso ocorre. No campo, não. No campo há dois mil sindicatos, sem duas confederações, uma só confederação, a Contag. É um fenômeno curiosíssimo esse, para o qual eu chamo a atenção de vocês pesquisadores: a unidade do movimento camponês e a divisão do movimento da classe operária, da classe trabalhadora urbana. Então, de fato, os sindicatos não tinham maior expressão de massa. Mas os sindicatos que existiam com a representação, com a participação de 10% da categoria - os metalúrgicos, por exemplo, com uma boa mobilização, tinham 10, 15% do total de operários - vinham para a campanha. O que havia de sindicato estava na campanha. Fraco, mas estava. A intersindical e todo aquele movimento que havia, sindicato de São Paulo, sindicato do Rio Grande do Sul, sindicato da Bahia - seria incrível citar aqui todo esse movimento.

Agora, quanto a caracterizar como movimento de classe média, eu pergunto qual o movimento da história do Brasil, da República para cá, que não é de classe média? Há algum? Não há. Então não é uma característica distintiva, diferenciadora da Campanha do Petróleo. Agora, foi uma participação complementada pela presença da chamada massa popular, daquela massa diante do comício, que você vê que é de trabalhador. Você não sabe se ele é sindicalizado ou não. Você sabe que ele veio de um cortiço, de uma favela, de uma casa pobre, é um pequeno funcionário ou

é um pequeno comerciante. Esses constituíram a massa de esforço da Campanha do Petróleo. Eu citaria também a intelectualidade, maciçamente; assim de cor, um Portinari, um Jorge Amado, um Di Cavalcanti, todos eles subscrevendo manifestos em defesa do monopólio estatal. A presença do movimento camponês que era ultra, ultra-incipiente. Entretanto, vinham lavradores lá de Poxoréu, que é no Cabrobó dos Índios, e compareciam com uma delegação inscrita no Congresso de Petróleo. Então era aquela inovação. Um camponês, com aquela sua roupazinha de brim, coitadinho, vinha ele canhestro para a tribuna e expressava o apoio dos seus companheiros de lavoura àquela monumental Campanha do Petróleo. E a presença da mulher; nos dois primeiros anos com a liderança de Alice Tibiriçá, que era uma oradora em polgante. Eu sou um pouco suspeito, porque vivemos na mesma casa dois anos, de 48 a 50, até a morte dela. No fim eu tinha até cuidado: "Olha, não é bom programá-la tão insistentemente, tão repetidamente." Mas d. Alice percorreu o Brasil inteiro. E ela mobilizava realmente a presença feminina. O que havia de movimento feminino estava integrado na Campanha do Petróleo. Nunca realizamos atos públicos sem convidar a Igreja. O bispo era chamado sempre!

P.R. — Dom Avelar Brandão, no Piauí foi o primeiro que se manifestou.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

H.M. — Aos bispos, o convite era feito. E havia padres famosos. O padre Cyr Assunção, da sua terra...

P.R. — De Belo Horizonte.

H.M. — O padre Calado, de Recife, que acabou deixando a batina e se casando, contra o meu voto. Eu disse a ele: "O senhor se case, mas não deixe a batina." Ele fez as duas coisas.

P.R. — Mas o primeiro bispo foi dom Avelar Brandão, naquela época do Piauí, não foi?

H.M. — Foi. Exatamente. Depois ele foi primaz...

P.R. — ...Da Bahia.

H.M. — É, da Bahia.

J.D. — Morreu recentemente.

H.M. — Então, a Igreja estava presente. Mas nós não esquecíamos, por causa disso, a presença da liderança espírita e do pastor protestante. Até a umbanda era procurada.

P.R. — E a maçonaria.

H.M. — A maçonaria, sempre. Você é meio suspeito para falar em maçonaria: todo mineiro é maçom. [risos] Mas olhe, José Luciano, realmente a preocupação era mobilizar. Nós tínhamos a seguinte seqüência: primeiro, conscientizar, partindo do mais elementar, explicando o que era petróleo. Depois de conscientizar, mobilizar, chamar, atrair. Em seguida, organizar. Nunca levar para um ato público sem que do ato público resultasse algo de caráter organizativo. Foi por isso que o John Wirth se surpreendeu: "Ah! Então é por isso que derrotaram a Standard Oil!"

J.D. — E é importante também o fato de que a campanha se difundiu para os mais variados bairros da cidade, de subúrbio à Zona Sul. Como isso era organizado? Havia interesse das organizações locais ou de estruturas partidárias?

rias locais? Como era preparado, por exemplo, um ato público no subúrbio?

H.M. — Havia sempre as lideranças locais. Eu lembro, por exemplo, de um famoso bicheiro de Cascadura, que era um dos diretores da Comissão de Defesa do Petróleo de Cascadura. Coisas desse tipo. Quer dizer, nós estávamos entranhados na massa do povo. Nós íamos aos morros, visitávamos favelas, Morro do Borel, Morro do Turano depois chamado Morro da União — e assim vai. Então íamos como propagandistas, e tínhamos eco, tínhamos pressonância. As lideranças locais se interessavam, o padre era mobilizado, o estudante era chamado, a participante do movimento feminino, ainda muito incipiente, também era chamada. E logo se constituía, dentro da estrutura, do estatuto do Centro do Petróleo, uma comissão local de bairro ou de município, se fosse o caso, de defesa de petróleo. Essa rede é que deu toda a substância popular da Campanha do Petróleo. Não foi por acaso.

P.R. — Essas comunidades de bairro eram chamadas, naquela época, associações de bairros?

H.M. — Associação de moradores, participantes. Sempre alguém da comissão de petróleo levava o assunto. Então as associações aprovavam a moção de apoio à tese do monopólio estatal. Porque era muito fácil, Plínio. Era só apoiar uma coisa única, a tese do monopólio estatal do petróleo, a tese de um general! Coisa mais angélica do que isso? Não se podia dizer que era coisa de comunista, que era coisa subversiva. De modo que conquistar a unanimidade era muito fácil.

P.R. — Mas as associações de bairro naquela época não eram

tão difundidas como hoje, eram?

H.M. — Não, de maneira nenhuma. Estavam nascendo, porque elas tinham sido golpeadas com o fechamento do Partido Comunista. Os comunistas tinham tomado nas mãos a bandeira do movimento popular de bairros. Fechado o partido, essas associações foram atingidas. E tinham sido sectarizadas. Entre nós, a verdade é essa.

P.R. — Durante o governo Dutra, qual foi o governador de estado que mais perseguiu a campanha?

H.M. — A quem vou eu dar a palma? Não é fácil dizer, não.

P.R. — Na época nós tínhamos... O Mangabeira, na Bahia, parece que não foi...

H.M. — Ele foi manso. Eu estive com ele várias vezes numa casa que ele tinha na rua Sete de Setembro, uma casa muito bonita até, e várias vezes ele me recebeu lá representando o Centro do Petróleo. Barbosa Lima foi ótimo, deu pleno apoio. Somente o Juscelino é que foi...

P.R. — Eu estou falando do governo Dutra. Em Minas eu sei que o Milton Campos não foi manso.

H.M. — Não, não foi. Ele era UDN, não é? E UDN clássica.

P.R. — Válder Jobim, no Rio Grande do Sul?

H.M. — Meio termo. A rigor, não podemos dizer que apoiou nem que perseguiu a campanha. Ainda é preciso um levantamento relativamente a isso.

P.R. — Talvez aquele de Goiás, o Coimbra Bueno.

H.M. — Não posso fixar assim. Não tenho facilidade em dizer a você, em quantificar o problema da perseguição

ou do apoio à campanha. [pausa]

P.R. — Em também tenho dificuldade em localizar. É um pouco difícil.

H.M. — É difícil. [pausa]

P.R. — Miranda, seria interessante que você nos desse algumas informações sobre os perigos que o monopólio estatal correu, já depois de implantado, no governo Café Filho, porque as informações existentes são bastante precárias.

H.M. — O governo Café Filho foi um governo essencialmente tumultuado. Café Filho foi um vice e muito pouco presidente. Esta é a realidade. E a camarilha no poder então, era uma camarilha entreguista. Isto é ponto pacífico. Mas eles não tiveram tempo para efetivar o golpe no monopólio estatal do petróleo. Em seguida veio Carlos Luz, depois Nereu Ramos, e tudo se dissolveu. O outro grande risco foi em 64. Aí nós realmente tememos que o Castelo Branco talvez caminhasse para reduzir o monopólio estatal.

P.R. — Mas a empresa foi afetada de outras formas, não foi?

H.M. — Eu tenho usado uma frase que talvez seja um pouco pretensiosa. Ao lado da frase "A Petrobrás é intocável", que é do Lott, eu costumo acrescentar: "É indestrutível." Se a Petrobrás resistiu ao golpe da morte de Getúlio e ao golpe de 64, sendo como é a maior empresa do ponto de vista econômico-financeiro, é porque ela é realmente uma empresa que não dá margem a nenhum governo, a não ser que seja sanguinariamente ditatorial, a destruí-la. Creio que por piores que tenham sido os presidentes da Petrobrás... Nesse rol eu ponho o Juraci Magalhães, que foi o primeiro presidente nomeado pelo dr. Getúlio Vargas, um inimigo do

monopólio estatal. Para nós foi algo assim estarrecedor! Nós quase perdemos o equilíbrio quando Juraci Magalhães saiu presidente da Petrobrás! Ele contratou Mr. Link e nós perdemos o equilíbrio. Agora, tenho que ser franco, porque sempre fui na minha vida: o segundo pior presidente da Petrobrás...

[TRECHO CENSURADO PELO ENTREVISTADO]

o que? P.R. - Mas durante o governo Café Filho houve um fato concreto. O Artur Levy diz que foi ele quem impediu, e que nesse particular ele teve o apoio do Juarez, que era chefe da Casa Militar. Não sei até que ponto, mas de qualquer forma é um depoimento. Agora, a tentativa foi feita pelo Eugênio Gudin. Isso eu recordo bem.

H.M. - Eu desconheço esse episódio.

J.D. - E houve o caso da emenda do Oton Mader no Senado, em 55, desfazendo o monopólio.

H.M. - Foi outra tentativa.

J.D. - Houve inclusive uma reunião convocada pelo Centro.

H.M. - A vitória foi efetiva, mas parcial, e a luta continua. É como terminamos sempre os nossos documentos: a bandeira tem que ser mantida. Hoje mesmo, aí está a campanha em defesa do monopólio estatal. Se há uma defesa, é porque há um risco - além dos contratos de risco, sem trocadilho. Então, para consolidar o monopólio estatal do petróleo, só um governo efetivamente democrático e realmente nacionalista. Ele tem de ser fruto de um conjunto de circunstâncias. Em governos como o de Getúlio, foi possível aprovar a Lei 2.004. Em episódios seguintes, como

Café Filho, como Castelo Branco, foi possível manter o monopólio estatal. Mas os riscos continuam. As ameaças estão aí. Tanto que a palavra de ordem do Lott tem plena atualidade: "A Petrobrás é intocável. Não tentem tocá-la, muito menos pensem em destruí-la."

P.R. — Miranda, nós agradecemos a você em nome da Fundação Getúlio Vargas, em nome da Petrobrás, em nome do nosso convênio, e nos reservamos uma oportunidade para solicitar novamente a sua participação nesse nosso projeto. Foi um prazer contar com a sua disposição, e sabemos que vamos contar.

H.M. — Pois não. Foi um prazer para mim estar com vocês. Parabéns pelo conhecimento que vocês têm do problema: descem a minúcias impressionantes, estão dominando plenamente. Isto não é para a Petrobrás aumentar os vencimentos de vocês, não, mas é um fato real. Vocês estão elaborando um trabalho que será de alta expressão para a história das lutas do povo brasileiro.

[FINAL DO DEPOIMENTO]